



Ministério
Adventista

Maio-Junho de 1960



“O estandarte da verdade e liberdade religiosa ... nos tem sido confiado neste último conflito. A responsabilidade deste grande dom pesa sobre aqueles a quem Deus abençoou com o conhecimento de Sua Palavra.” — E. G. White, Test. for the Church, Vol. 6, pág. 402.

O próximo número de “O Ministério Adventista” será dedicado à liberdade religiosa.



Órgão publicado bimestralmente pela
Associação Ministerial da Igreja Adventista do
Sétimo Dia

Editado pela

Casa Publicadora Brasileira
Santo André, São Paulo

Diretor — Enoch de Oliveira

Gerente — Bernardo E. Schuenemann

Redator responsável — Lulz Waldvogel

Redator — Arnaldo B. Cristianini

Colaborador especial:

J. J. Aitken

Brasil	
Assinatura Anual	Cr\$ 300,00
Número Avulso	Cr\$ 50,00
Estrangeiro	
Assinatura Anual	US\$ 2,00
Número Avulso	US\$ 0,35



Ano 26 Nº. 3

ILUSTRAÇÕES

Um Telegrama do Céu	3
Em Linha com Deus	3

EDITORIAL

Eu Estava Muito Ocupado	Enoch de Oliveira	4
-------------------------------	-------------------	---

ARTIGOS GERAIS

Novos Horizontes no Estudo da Bíblia	S. J. Schwantes	5
O Problema da Data do Êxodo de Israel em Face da Arqueologia	Daniel Hammerly Dupuy	7

PESQUISA, TEOLOGIA, HISTÓRIA, CIÊNCIA

Gerasa — Cidade do Tempo de Cristo	Walter F. Specht	11
Sobre I S. João 5:7 e 8	Vitor Ampuero Matta	14

OBRA PASTORAL

Consagração	Taylor G. Bunch	17
-------------------	-----------------	----

EVANGELISMO — ALMAS PARA DEUS

Como se Pode Empregar Eficazmente a Música em Obter-se Decisões	B. L. Raith	19
---	-------------	----

OS A. S. D. RESPONDEM A PERGUNTAS SOBRE DOCTRINA		21
--	--	----



Ilustrações

Um Telegrama do Céu

UM secretário da Sociedade Missionária Britânica visitou em Calcutá um negociante, e pediu-lhe que o ajudasse na obra. Este preencheu um cheque de 250 dólares e o entregou ao visitante. Exatamente nesse momento foi trazido um telegrama. O negociante leu-o, e ficou perturbado.

— Este cabograma — disse — me diz que um de meus navios naufragou, perdendo a carga. Isto vai alterar substancialmente meus negócios. Terei que dar-lhe outro cheque.

O secretário entendera perfeitamente, e devolveu-lhe o cheque preenchido de 250 dólares. O talão de cheques foi de novo aberto, o comerciante preencheu um outro, e entregou-lho. Este o leu com espanto. O novo cheque era de 1.000 dólares.

— O senhor não se teria enganado? — perguntou o secretário.

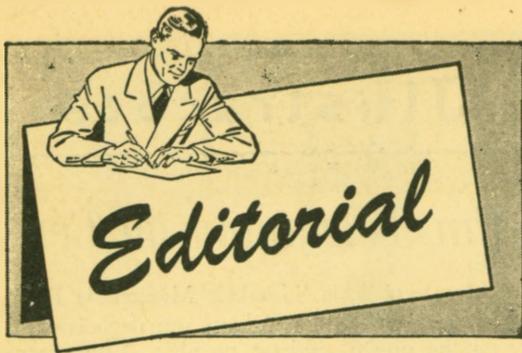
— Não — respondeu o negociante — Não houve engano algum.

E a seguir, com lágrimas nos olhos, disse:

— Aquêlê cabograma era uma mensagem de meu Pai que está nos Céus. Queria dizer: “Não ajunteis para vós tesouros na Terra.” — 3.000 *Illustrations for Christian Service.*

Em Linha com Deus

RECENTEMENTE li um artigo acêrca de um metal chamado permalói. É uma substância altamente magnética, porém age de estranha maneira. Quando apontada em certas direções, não tem nenhum poder magnético. Quando porém, é posta em linha direta com a atração magnética da Terra, seu poder é muito grande. O mesmo ocorre em nossa vida. Quando estamos fora da linha da atração magnética do Deus Todopoderoso, não temos força e perdemos a estabilidade. É quando nos sentimos frustrados e desanimados. Quando, porém, nossa vida se põe em linha na correta relação com Deus, temos a capacidade de avançar e vencer na vida. — Carlos L. Allen, em *All Things Are Possible Through Prayer* (Fleming H. Revell Company).



Eu Estava Muito Ocupado

ENOCH DE OLIVEIRA

NUM domingo à noite, aparvalhado sob os efeitos da bebida, um t rôpego e vacilante ébrio entrou numa igreja. Acomodado em um banco, vencido pelo sono, dormiu. Após o serviço religioso, o sonolento visitante foi despertado por um piedoso diácono e, em seguida, entrevistado pelo pastor. Mas estava tão entorpecido pelos vapores do álcool que não conseguiu responder às perguntas que lhe foram formuladas.

Embora voltasse à igreja em reiteradas ocasiões posteriores, sempre retornava embriagado. Investigando onde morava aquêle desventurado homem, o pastor não somente descobriu o seu enderêço, como também foi informado de que êle não se embriagava durante os dias regulares da semana. Nos sábados e domingos, todavia, entregava-se desvairadamente às libações do copo.

O pastor percebeu que, para falar com êle sôbre a necessidade de um Salvador, teria que fazê-lo numa noite da semana. Mas, havia tantos compromissos em sua agenda de trabalho, que não lhe restava tempo para visitar o inditoso ébrio, e ajudá-lo a vencer o vício e encontrar a Cristo.

Algumas semanas se passaram e eis que, afinal, o ocupado pastor recebeu, qual terrível impacto, a infausta notícia da morte do inditoso desconhecido, em um lamentável acidente. Descrevendo a dor que lhe oprimiu o coração, como resultado daquele desenlace, disse o pastor:

“Eu me senti profundamente comovido quando me informaram da morte dêle. Estava pensando qual teria sido o resultado se eu tivesse feito a visita.

“Então me convenci de que estava ocupado demais. Como conseqüência reorganizei todo o meu programa de trabalho. As coisas que não são essenciais foram eliminadas. Estou me concentrando no trabalho para o qual Deus me chamou — o de ganhar almas.”

Li algures a experiência patética de um jovem que, em grandes lutas espirituais, procurou a

assistência e orientação de um talentoso pregador que, apresentando do púlpito vibrantes mensagens, muito lhe havia inspirado na prática do bem, no exercício da virtude. Mas, o talentoso pregador estava tão ocupado no preparo de um sermão, que não teve tempo para atendê-lo e ajudá-lo na solução dos seus problemas e inquietações interiores.

Insucedido no desejo de entrevistar-se com o pastor, deliberou precipitadamente não mais voltar à igreja, e os problemas que o inquietavam, êle os solveu de modo insensato e infeliz.

Conviria que examinássemos com maior atenção a rotina diária de nossas atividades, para ver se, em verdade, não estamos demasiadamente ocupados no preparo de sermões, negligenciando o trabalho individual pelas almas. “Há na obra de muitos ministros demasiados sermões, e bem pouco do verdadeiro trabalho de coração para coração. Há necessidade de mais trabalho individual pelas almas. Em simpatia cristã, o ministro se deve aproximar individual e intimamente dos homens, buscando despertar-lhes o interesse nas grandes coisas concernentes à vida eterna.” — *Obreiros Evangélicos*, pág. 181.

Um dos perigos que conspiram contra o ministro adventista em nossos dias, é estar êle tão completamente ocupado em estudos ou nos negócios da igreja, que mal tenha tempo para êste íntimo contato com as almas que, ansiosas, anelam conhecer as esplendentes lições da verdade.

Os pregadores na igreja cristã primitiva, quando se aperceberam dêste perigo, apressaram-se em escolher “varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria”, aos quais foram confiados os negócios da igreja. Dêste modo puderam êles dedicar-se integralmente ao ministério da palavra, apresentando às multidões as insondáveis riquezas de Cristo, e aproximando-se mais intimamente daqueles em favor de quem trabalhavam.

Há alguns anos passados, um encanecido ministro, após 27 anos de atividade pastoral, renunciou dramaticamente o seu pastorado, para conduzir uma agitada cruzada evangelística. Justificando a sua atitude disse:

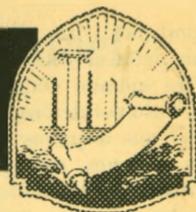
“Durante todos êstes anos mantive a congregação em paz e harmonia. Sinto como se tivesse ido de um lado para outro com uma chupeta numa mão e chocalho na outra, consolando, dando conselhos, apaziguando e mimando.

“Recolhi fundos e ajuntei dinheiro com o qual paguei os edifícios. E, como posso organizar reuniões com fins materiais e inspirar as congregações para levantar fundos, consideram-me pastor de êxito.

“Mas, para que continuar? Sômente fiz o que fizeram outros pastôres e trabalhei como êles trabalharam. Depois de todos êstes anos da atuação tenho a impressão de que estive demasiado ocupado com as coisas de menor importância.

“Durante todo o meu ministério, havia milhares de pessoas as quais não procurei alcançar. Enquanto perdia o meu tempo para manter na lista de contribuintes da igreja a irmã Fulana, havia centenas de pecadores aos quais podia haver-me acercado com o poder salvador do Evangelho de Jesus Cristo.

(Continua na página 20)



Novos Horizontes no Estudo da Bíblia

Por S. J. SCHWANTES



UM livro que atingiu certa popularidade há alguns anos levava o título. "A Arqueologia Prova a Bíblia". Foi um título infeliz porque a Arqueologia não pretende provar que a Bíblia é verdadeira e nem tem recursos para tanto. Estritamente falando só se pode provar algum conceito no campo da matemática. Fora da matemática só compete ao estudioso reunir evidência que favoreça esta ou aquela opinião, e naturalmente a evidência preponderante é aceita como conclusiva, isto é, pelo menos até que novas e melhores evidências não obriguem a revisar a conclusão. Logo, em rigor, a Arqueologia não *prova* a Bíblia como também a História não *prova* que Júlio César foi assassinado em Roma em 44 A. C.

Além disto devemos nos lembrar que o fato mais importante quanto à Bíblia é que ela se apresenta como uma revelação divina especial. Como tal ela apela a fé e é pela fé que aceitamos suas declarações maravilhosas como verdadeiras. No átrio da fé nenhuma ciência tem o direito de penetrar. Se não há fé no coração do estudioso, não é a Arqueologia que poderá gerá-la, mas unicamente o Espírito Santo.

Com esta restrição em vista, perguntamo-nos: Que contribuição tem a Arqueologia a fazer ao estudo e compreensão da Bíblia? Ela poderá fornecer evidência de que as declarações históricas e geográficas da Bíblia são autênticas, correspondem à realidade tanto quanto esta pode ser conhecida. Mas a Bíblia é muito mais do que um conjunto orgânico de declarações históricas. Ela é também uma revelação de Deus e uma confissão de fé, e, como tal, transcende à investigação científica.

Outro fato que o leigo freqüentemente olvida é que das muitas declarações históricas contidas na Bíblia somente uma fração foi até hoje corroborada pela Arqueologia. Diga-se de passagem, porém, que esta fração cresce dia a dia. Nada veio à luz até hoje, por exemplo sobre a presença de José como primeiro ministro na corte dos faraós, sobre Ester na corte de Assuero, ou sobre Dario, o medo, que teria exercido o go-

vêrno no Império Medo-Persa de acordo com Dan. 5:31. Mas em tantos pontos outrora controvertidos o relato bíblico tem sido vindicado, que é de supor *a priori* que também nas áreas não elucidadas ele o será.

Foi-se já o dia em que os críticos entronados em suas cátedras universitárias podiam refazer o texto bíblico e a história sacra a seu talante. Como afirmava freqüentemente o Dr. W. F. Albright, respeitado internacionalmente como uma das maiores autoridades na Arqueologia da Palestina e áreas correlatas, não cabe mais ao crente na autenticidade do relato bíblico ficar na defensiva, mas sim ao crítico. Em vez de abordar as afirmações históricas da Bíblia como provavelmente erradas—tal era a atitude em certos círculos há 50 anos— a única atitude correta hoje é de abordar a Bíblia com o respeito devido a uma fonte de informação habitualmente autêntica.

A Arqueologia tem feito mais do que confirmar as afirmações bíblicas relativas a certos fatos históricos. Ela tem esclarecido muitos costumes que nos pareciam estranhos e obscuros. Quando nada ela apresenta paralelos a episódios bíblicos extraídos da história de povos contemporâneos. Ilustremos este ponto. Porque teria Raquel furtado os ídolos de seu pai Labão e os ocultado tão ciosamente? (Gên. 31:34) Compreendemos hoje que de acordo com os costumes da época, a posse dos ídolos da casa do sogro garantia ao genro o direito de receber sua parte da herança da esposa, que de outro modo lhe poderia ser negada. Daí o zelo com que Raquel se apropriou dos ídolos de seu pai. Convém recordar que escavações em Jericó e muitos outros lugares esclarecem que estes ídolos feitos de terracota podiam ser bem pequenos, às vezes com apenas um palmo de altura. Os arqueólogos denominam-nos "figurines".

De acordo com o Dr. E. A. Speiser, da Universidade da Pensilvânia, documentos hurrianos (horitas) e hititas mostram claramente que leis daquela época protegiam solenemente a esposa que também era irmã, como no caso de Sara. Era considerado um crime duplamente grave privar um homem de sua esposa nestas

condições. Isto esclarece o interesse de Abraão em destacar este aspecto de seu casamento com Sara quando viajando em terras estrangeiras.

Tabletes desenterrados por André Parrot e outros nos arquivos de Mari, situada no cotovelo do Eufrates, muitos dos quais dão evidência de influência hurriana em Mari (1.600 A. C.), esclarecem que entre os hurrianos (horitas) era permissível ao pai conferir a primogenitura a quem lhe aproovesse, independentemente da idade dos filhos, e que a última vontade paterna era mandatória. Tais testamentos eram prefaciados com as palavras: "Estou agora velho . . ." o que nos lembra a declaração de Isaque ao escolher a data para conferir a primogenitura a um dos filhos (Gên. 27:2).

Disse acima que a Arqueologia nada desentrou que confirme a atuação de José na corte dos Faraós, nem uma declaração específica da presença dos israelitas no Egito. Lembremo-nos, porém, que as inscrições monumentais do Egito não visavam propriamente registrar a história corrente, como é o caso dos "Anais" dos reis da Assíria, mas simplesmente glorificar o faraó reinante. Não era o costume mencionar nestas inscrições derrotas ou fatos que desabonassem a casa real. Daí nenhuma referência ao Êxodo dos Israelitas, por exemplo. Pequenos fatos vêm à luz de tempos em tempos, porém, que confirmam a verossimilhança da história bíblica. Como amostra temos o seguinte que extraí de W. F. Albright, "From the Stone Age to Christianity":

"Ambos os nomes das parteiras ditas terem servido as israelitas no tempo do nascimento de Moisés, Siphrah e Puah, tem sido provados (1954) serem bons nomes nortese míticos, de mulher no segundo milênio antes de Cristo. É um pormenor apenas, mas, uma vez que alguns ditos eminentes declararam seus nomes fictícios, isto é significativo." pp. 13 e 14.

Outra declaração útil:

"Sabemos de uma inscrição egípcia que um nome formado com Shaddai, dito por tradição bíblica ter sido o nome patriarcal de Deus antes de Jahwe (Jeová) ser introduzido, foi empregado pelos semitas que viviam no Egito antes do Êxodo." Op. cit., p. 15.

São evidências indiretas como estas que obrigam os eruditos a tratar o texto bíblico com maior consideração. Ceticismo gratuito como era

a moda há alguns anos vai sendo substituído por um respeito sadio, à medida que a pá do arqueólogo vai trazendo à luz o remanescente das antigas civilizações.

Temos hoje confirmação direta da veracidade da deportação de Joaquim (Joaquim) para Babilônia onde ele teria ficado prêso 37 anos. (Conferir Jeremias 52:31 com II Reis 24:8-15). A história de seu perdão e de que recebeu um lugar à mesa do rei era duvidada pelos críticos. Quatro tabletes achados em Babilônia mencionam não só seu nome, mas as razões exatas autorizadas para sua família. Outra confirmação direta que se tornou clássica é de Belsazar como co-regente em Babilônia com seu pai Nabonido, quando nenhum historiador grego registrava seu nome. A Bíblia estava sôzinha em sua afirmação, e a Bíblia estava certa.

O mesmo é verdade quanto à declaração de Isaías 20:1 referente a Sargão como um general assírio e eventualmente rei. A História ignorava a existência de Sargão. Tão rápida foi a obliteração de Nínive após sua queda em 612 A. C., que quando Xenofonte por lá passou duzentos anos depois na célebre retirada dos dez mil nem sequer reconheceu as ruínas dos palácios de Sargão e Assurbanipal. Foi preciso a pá de Botta e escavadores subsequentes para esclarecer a realidade histórica de Sargão. Nesta instância os monumentos corrigiram os críticos que negavam a referência bíblica a Sargão como figura histórica. Mas quando num monumento Sargão apresenta-se falsamente como o conquistador de Samaria, coube a Bíblia corrigir Sargão, pois não ele, mas Salmaneser V (II Reis 18:9) é que conquistou Samaria em 722-21 A. C. Tal é a posição honrosa que a Bíblia hoje ocupa.

Repiro. Houve um tempo em que os críticos pretendiam corrigir a Bíblia. Posteriormente os monumentos passaram a corrigir os críticos. Hoje a Bíblia corrige os próprios monumentos quando estes contêm declarações de algum rei gábolado como no caso de Sargão. É de se esperar que esta posição de respeito que a Bíblia hoje ocupa entre as autoridades competentes para julgá-la como fonte histórica se consolide ainda mais com o progresso das investigações arqueológicas.

Perguntas Sobre Doutrina

(Continuação da pág. 24)

com Deus; e a partir de 1890 expressava-se ela com crescente freqüência e firmeza, no intuito de corrigir opiniões erradas mantidas por alguns — como a noção literal de que Cristo como "unigênito" Filho tivera, em épocas remotas do passado, um princípio.

Por que, desde o princípio, não se expressou com mais energia? Sem dúvida, pela razão de que aconselhava *contra* a busca de controvérsia teológica com irmãos respeitáveis embora errados

— tendo em vista a unidade nos principais aspectos da mensagem do iminente retorno de Cristo, à qual todos se sentiam chamados por Deus para proclamá-la ao mundo. Sua advertência era, em suma: Não importa quão certo estais, não agiteis o assunto no tempo presente porque causará desunião.

Muito possivelmente nossa tolerância em face de poucas teorias variáveis não foi um preço excessivamente elevado pago para nos livrar de dogmatismos de credos e controvérsias, e manter a unidade de espírito e esforço em nossa tarefa mundial.

O Problema da Data do Êxodo de Israel em Face da Arqueologia

DANIEL HAMMERLY DUPUY



O EGITO é um país de evocações bíblicas. Lá estiveram os descendentes de Mizraim, da antiga estirpe de Ham, o patriarca Abraão, José, seus irmãos e o patriarca Jacó, Moisés o libertador de Israel, Jeremias o profeta das lamentações, e até Jesus, o inocente perseguido de Belém. Pretendem as tradições associar esses nomes célebres com obeliscos, canais, pedras e árvores, enquanto o Nilo prossegue sua murmurante canção dos séculos, presenciando o desfile dos impérios.

O homem moderno idealizou cômodos meios para evocar e contemplar o passado: as montagens cinematográficas. Se são fiéis à realidade, sem chocantes anacronismos nos atos e na indumentária, a impressão de realidade histórica toma todo o colorido, porém se as cenas não obedecem aos ditames da disciplina científica que busca a verdade acima dos impactos sensacionais produzidos pelo enredo dramatizado, a história fica distorcida. A exibição da película "Os Dez Mandamentos", dirigida pelo afamado cineasta Cecil B. De Mille está apresentando ao mundo errônea versão, em mais de um sentido, da época em que teve lugar o êxodo do povo de Israel, do Egito para a terra de Canaã. Muito embora a companhia cinematográfica que financiou a filmagem declare haver seguido estritamente os dados da Bíblia e consultado eruditos de várias universidades, a cronologia do Êxodo se alterou, dando lugar a uma substituição de personagens, pelo fato de ter aceitado uma hipótese errada.

Não há verdade histórica onde se alterem quaisquer dos fatores fundamentais de qualquer acontecimento ao qual se associam estranhamente fatores diversos: Quem foram os protagonistas? Quando aconteceu? Onde teve lugar? Que aconteceu? Somente quando estes elementos de julgamento coincidem plenamente com a realidade, é que se reúnem as condições para reconstituir a história no sentido científico do conceito que merece esta disciplina. Poderia alguém objetar dizendo que o problema cronológico é de pouca importância, vale dizer que, no caso do Êxodo sabendo-se o que aconteceu e onde teve lugar, pouco importa saber-se quando aconteceu. É certo que nem sempre é possível averiguar a data de um antigo evento e, em tal caso, deve-se conformar com o maior número de informações

que se possa reunir, entre as quais se consideram de extraordinário valor as que se referem aos protagonistas como pessoas certas e inconfundíveis. Pode, não obstante, ocorrer que se saiba o que aconteceu e se conheçam os nomes de alguns personagens e que, de algum modo, se ignore o nome de um dos protagonistas principais. Este é, especialmente, o caso do relato bíblico do Êxodo. Por um lado, figuram os nomes de Moisés e Aarão e por outro o de faraó. Faraó, porém, não é nome próprio de uma pessoa, mas um título que consta dos hieróglifos das pirâmides em forma de *per aa*, que os hebreus traduziram como *par'ch* e que para os egípcios significava a "casa grande".¹ Esta expressão se empregava no mesmo sentido que a "Sublime Porta", designando os sultões da Turquia, e em ambos os casos se referem aos governantes e, em forma específica, à primeira figura dos respectivos países.

Foi Ramsés II o Faraó do Êxodo?

Tanto no filme dirigido por Cecil B. de Mille, como em obras de divulgação, incluindo *E a Bíblia Tinha Razão* de Werner Keller, Ramsés II é apresentado como o faraó do Êxodo. Não é uma idéia nova. Foi publicada há vários séculos quando a cronologia bíblica não era estudada em forma metódica, e quando a egiptologia ainda não havia nascido. Um dos dados invocados para abonar esta hipótese é que, no primeiro capítulo do livro de Êxodo, se diz que os israelitas, enquanto realizavam trabalhos forçados no Egito, construíram as cidades de Piton e Rameses. Por conseguinte, a maior parte dos comentaristas bíblicos creram que o êxodo poderia ter ocorrido enquanto reinava um dos doze faraós que tinham o nome de Ramsés, e que se conhecem graças às listas dinásticas deixadas pelo sacerdote egípcio Maneton. Entre esses famosos faraós deram preferência a Ramsés II porque durante as seis décadas de seu governo havia erigido muitas construções.

Um dos dados mais importantes da cronologia bíblica com respeito à data do êxodo assinala que este acontecimento teve lugar 480 anos antes de o rei Salomão começar a reconstrução do templo de Jerusalém, tarefa que iniciou no ano quarto de seu reinado.² Por conseguinte, sabendo-se a data em que Salomão começou a reinar, basta retroceder 480 anos a partir do quar-

to ano de sua coroação para se chegar à data do êxodo. Os que se interessaram na cronologia fizeram diversos cálculos para apurar a data do começo do reinado de Salomão. Para fazer-se êsse cálculo, era necessário descobrir algum incidente em que determinado rei mencionado na Bíblia houvesse atuado em relação com algum rei de outra nação, de modo que êsse sincronismo pudesse interpretar-se exatamente no término dos anos, se tal acontecimento houvesse sido assinalado por algum povo que tivesse um sistema cronológico fundado em observações astronômicas. Conhecido êste fato, que estava dentro do possível, sendo que os reis assírios atacaram os israelitas em repetidas ocasiões, poder-se-ia estabelecer a data em que Salomão começou a reinar.

Para apurar quando Salomão começou a reinar, fizeram-se diversos estudos, alcançando grande popularidade os do arcebispo James Ussher, publicados a partir do ano de 1650 e posteriormente foram impressos nas margens da chamada Bíblia Autorizada ou de King James. Assim é que se difundiu o ano de 1012 A. C. como o da fundação do templo de Salomão, e o ano de 1491 A. C. como do início do êxodo. Nessa mesma época se acreditava sem dificuldade que esta data correspondia ao reinado de Ramsés II. Não obstante, as investigações no campo da cronologia bíblica eram apenas aproximativas por falta de descobrimentos arqueológicos que permitissem estabelecer um sincronismo com uma data extrabíblica segura. Por outro lado, as investigações egíptológicas demonstraram que Ramsés II não vivera no século XV mas no século XIII A. C. Finalmente, o estudo dos sincronismos entre a história dos reis israelitas e os da Assíria e de outras nações, permitiu calcular a fundação do templo de Salomão no ano 966 A. C. e que, por conseguinte, o êxodo começou no ano 1445 A. C. Além disso, os egíptólogos modernos, valendo-se de todos os recursos da ciência, estabeleceram que o reinado do faraó Ramsés II teve lugar entre os anos de 1299 e 1232 A. C.³ Conseqüentemente, Ramsés II não pode ser o faraó do êxodo.

Embora os dados científicos não permitam conciliar a cronologia bíblica com a hipótese tão difundida — de que o êxodo tivesse ocorrido durante o reinado de Ramsés II — esta idéia errônea, repetida durante séculos e avigorada pela descoberta da múmia dêsse faraó, emprestou grande popularidade a esta equívoca hipótese.

Os Argumentos dos Que Supõem Tenha Sido Ramsés II o Faraó do Êxodo

Os partidários da hipótese de que Ramsés II foi o faraó do êxodo deram muita importância ao fato de que a Bíblia diz que os israelitas cativos edificaram as cidades de Piton e Rameses.⁴ Os que argumentam assim, no entanto, esque-

cem-se de que nas sucessivas cópias da Bíblia — e na suposição de que o texto fôsse entendido sem deixar margem a confusões com o correr dos séculos — foram substituídos os nomes antigos das cidades por nomes novos, de maneira que um historiador ao referir-se à cidade de Nova York, não poderia estar falando da primitiva povoação de Nova Amsterdã — que foi seu nome original. Tanto nos cinco livros de Moisés como em outros do Velho Testamento, observam-se estas oportunas atualizações de nomes das cidades.

Para que prevalecesse o argumento dos que se aferram à palavra Rameses como prova inequívoca de que os israelitas trabalharam nessa cidade durante o reinado dos faraós da dinastia dos Ramsés, que começou com Ramsés I (1319-1318 A. C.), pai de Seti I e avô de Ramsés II, seria necessário que se pudesse demonstrar que a cidade assim denominada não houvesse existido previamente com outro nome. A resposta da arqueologia é categórica. O egíptólogo Mariette descobriu nas ruínas de Pi-Ramsés (cidade de Ramsés ou Rameses), um monumento conhecido como o Monólito dos Quatrocentos Anos, no qual, segundo testemunho do faraó Seti I, pai de Ramsés II, assistiu à celebração do quarto centenário da fundação desta cidade pelos hicsos, que se tornaram memoráveis como adoradores de Seti. De maneira que a cidade de Pi-Ramsés havia existido durante quatro séculos antes do nascimento dos primeiros faraós da linhagem de Ramsés. Com o correr dos séculos essa antiga cidade foi tomando diversos nomes, sendo conhecida como Tanis, Avaris, Pi-Ramsés e suas ruínas no Delta, foram batizadas pelos árabes como San-el-Hagar.

Com relativa freqüência se lêem artigos de divulgação e obras populares asseverando que se descobriram provas evidentes de que os israelitas foram escravos do faraó Ramsés II. Tais informações errôneas se originaram em alguns comentários sensacionalistas em torno do achado do Monólito de Ramsés II descoberto em Bethshan, Pelestina, depois da primeira guerra mundial. O primeiro anúncio do achado apareceu em 1923 em Filadélfia, com um título que se prestou a muitas confusões: "Monólito de Ramsés II que Fala da Construção de Rameses no Egito."⁵ Se, pela palavra "construção" se entendia um substituto referente a edifício já feito, estava bem, porém se significava um verbo referente ao fato de construir, incorria-se em erro. Foi isto, lamentavelmente, o que sucedeu. O Dr. Fischer declarou: "Encontramos a tão esperada confirmação do relato bíblico de que os israelitas foram utilizados por Ramsés II na construção de Piton e Rameses, e a afirmação certa de que Ramsés II foi o faraó dessa opressão."

Ovenden, secretário do Dr. Fischer, aumentou

a confusão ao enviar um artigo a Londres referente ao mesmo assunto, que foi publicado poucos meses depois por uma revista especializada. Nê-le se dizia que a Monólito de Ramsés II continha "uma simples declaração de que Ramsés II utilizou os semitas na construção de Rameses." ⁶ A mesma revista londrina publicava em 1925 um artigo do Dr. Hall, no qual declarava que no monólito descoberto em Beth-shan aparecia "uma declaração muito importante segundo a qual Ramsés II utilizou a tribo dos Apiru (hebreus) para construir a fortaleza de Rameses." O mesmo Dr. Hall, num capítulo de seu livro *The People and the Book*, disse: "No reinado de Ramsés II se menciona que os prisioneiros Apiru trabalharam na construção de Rameses." ⁷

Estas publicações *a priori*, baseadas numa simples confusão, difundiram o êrro tanto entre eruditos como nas revistas populares que deram as notícias por fidedignas. Recentemente em 1930 apareceu a volumosa obra do arqueólogo Alan Rowe acêrca de seus trabalhos arqueológicos em Beth-shan. Descrevendo êste monólito, com a tradução exata do texto hieroglífico, apresentou a seguinte declaração: "Tem-se afirmado com freqüência em jornais e outras publicações que êste monumento se refere à construção da cidade de Rameses, de Êxodo 1:11, porém não é assim. O texto não contém nenhuma menção de coisa tal como operações de construção, nem dos israelitas, embora certamente faça referência ao famoso povo de Rameses no Delta. A linha que menciona esta referência afirma apenas que o rei "obriga a Aamu (asiáticos) a retroceder, fazendo que haja paz depois da luta que se feriu entre êles. Aquêles que o desejaram vieram a êle, ajoelhando-se em seu Castelo da Vida e Prosperidade, Per-Ra-messu-meri-Amen, Grande em Vitórias." ⁸

Êrro que chega a cristalizar-se por meio de jornais e revistas científicas e livros, difícil é de desarraigar. Foi o que se deu com a falsa informação de que se achou o testemunho direto do faraó Ramsés II, que indicava que os israelitas construíram seu castelo ou fortaleza denominado Par-Ramessu. É de notar, entretanto, que enquanto alguns quiseram fazer de Ramsés II o faraó do êxodo, ignorando as dificuldades cronológicas, outros lembrando-se que o reinado dêste faraó foi tão longo e que o governante com o qual tantas vêzes se entrevistou Moisés acabava de subir ao trono, opinaram que o êxodo do povo de Israel poderia ter ocorrido enquanto reinava o filho daquele, Merneftá (1232-1220 A. C.). Em primeiro lugar, tais interpretações são absolutamente contrárias à cronologia bíblica. Em segundo lugar, os descobrimentos arqueológicos permitiram saber, graças a cartas encontradas em Tell-el-Amarna, Egito, que desde o reinado do faraó Amenhotep III (1412-1375 A. C.), os príncipes cananeus imploraram

em vão a ajuda dos egípcios para repelirem o avanço dos *habiru* que numerosos críticos consideram como os hebreus que estavam invadindo diversos setores da Palestina. ⁹ Em terceiro lugar, se Merneftá houvesse sido o faraó do êxodo, seria difícil explicar como foi possível que, durante sua campanha militar na Palestina, já encontrara os israelitas estabelecidos neste país, como o prova seu famoso documento, conhecido como o Monólito de Israel, porque é a mais antiga inscrição em que aparece êsse nome como o de um povo contra o qual combateu. Êste monólito de granito, escrito com sinais hieroglíficos foi encontrado no templo mortuário do faraó Merneftá em Tebas, e acha-se exposto no Museu do Cairo. ¹⁰

Foi Totmés III o Faraó Opressor, e Amenhotep II o Faraó do Êxodo?

Segundo os dados cronológicos que se deduzem da Bíblia em relação com os sincronismos históricos, o êxodo teria começado no ano 1445 A. C. Portanto, será necessário encontrar em tôrno dessa data o faraó opressor que faleceu enquanto Moisés se achava em Midiã, e ao faraó que, depois de opor-se a Moisés, acabou por autorizar o êxodo. O problema seria muito fácil de resolver se os dados cronológicos da história egípcia fôssem exatos como os da Assíria e Babilônia, países em que se levava em conta os acontecimentos em forma de anais, anotando-se, além disso, os eclipses.

A época do êxodo, que de modo algum pode ajustar-se à época dos faraós da dinastia Ramsés ou a 19^{a.}, coincide, por outro lado, com o período dos faraós dos Totmés, fundadores da dinastia 18^{a.} que começou com a expulsão dos hicsos do Delta e do vale do Nilo, e quando entre os nacionalistas de Tebas surgiu "um novo rei sobre o Egito, que não conhecia a José." ¹¹ Embora as datas que correspondem ao reinado dos faraós da 18^{a.} dinastia não são de uma precisão absoluta, pelo seu valor aproximado é possível associar vários dêles com a vida de Moisés (1525-1405 A. C.). O faraó Amenhotep I (1545-1525), fundador dessa poderosa dinastia foi, provávelmente o primeiro opressor dos israelitas no Egito, ao fim de cujo reinado nasceu Moisés. Totmés I (1525-1508), é o faraó que corresponde à infância e juventude de Moisés, adotado como filho pela princesa Hatshepsut casada com quem chegou a ser o faraó Totmés II (1508-1504). Falecendo o marido, a rainha Hatshepsut (1504-1482) ocupou o trono, porém teve dificuldades com seu genro Totmés III (1482-1450), afamado militar que mandou mutilar todos os monumentos que mencionavam a rainha Hatshepsut ou a representavam. Os arqueólogos se encarregariam de reconstruir todos êstes destroços e, dêsse modo, se chegou

a ter-se conhecimento direto da situação imponente nos dias em que Moisés, vendo enfraquecido o poder de Hatshepsut, sua mãe adotiva, e havendo morto o capataz egípcio, julgou conveniente fugir para Midiã de onde não regressou senão quatro décadas depois, ao ser informado que o faraó que não simpatizava com êle havia falecido.

Sendo que Totmés III não podia ser o faraó do êxodo do povo de Israel — lembrar que as datas da cronologia egípcia não são rigorosamente exatas, mas aproximadas — o faraó com quem se entrevistaram repetidamente Moisés e Aarão teria sido seu sucessor. Os monumentos do Egito nos apresentam o faraó Amenhotep II como o que ocupou o trono durante os anos de 1452 e 1425. Por razões de ordem cronológica, Amenhotep II é considerado por muitos investigadores como o faraó do êxodo. Não obstante, surge um problema para elucidar, porque a Bíblia dá a entender que o faraó que autorizou o êxodo saiu depois em perseguição dos israelitas, alcançando-os quando se achavam junto do Mar Vermelho no qual pereceu o exército egípcio. Se o faraó pereceu nesse desastre, não se ajustaria aos dados egípcios, segundo os quais Amenhotep II reinara durante 27 anos. Porém, tomando em conta que os egípcios guardavam o mais absoluto sigilo das calamidades, nos seus monumentos, medida fundada na superstição de que a lembrança dos males ofendia aos deuses e podia favorecer sua repetição, é natural que não tenham deixado registo algum do desastre do exército egípcio tragado pelo Mar Vermelho e que, no caso de, em tais circunstâncias, ter desaparecido o filho herdeiro de Totmés III, poderiam ter tentado manchar-lhe a memória ao ocupar seu lugar o irmão Amenhotep II a quem tinham confiado o governo do país desde a morte de seu genitor. Outra probabilidade que poderia explicar o ocorrido seria que, ao marchar o exército de faraó em perseguição aos israelitas, se houvesse pôsto à frente do mesmo um dos filhos do faraó que não podia ser o primogênito, sendo que êste havia falecido durante a décima praga.

O caráter de Amenhotep II é conhecido pelos monumentos. Foi destro caçador e militar que deu a seu povo o espetáculo sanguinário de sacrificar no Egito os príncipes que trazia cativos de suas campanhas, e que se jactava de agir como um leão enfurecido. Um indício de que Amenhotep II chegou ao trono de maneira que pareceu casual é o fato de seu filho e sucessor Totmés IV (1425-1412) dizer, no chamado Monólito do Sonho, que a esfinge lhe manifestou quando era jovem, que se a livrara da areia que a cobria chegaria a ser faraó.

Outra revelação interessante da Arqueologia em relação ao êxodo procede da Palestina, das ruínas de Jericó. Com efeito, a marcha do povo

de Israel terminou quando cruzaram o Jordão e se estabeleceram em Gilgal, onde celebraram a Páscoa no dia 14 do mês de Abib do ano 1405 A. C. Poucos dias depois caíam as muralhas da cidade de Jericó.¹² As investigações arqueológicas efetuadas nas ruínas desta cidade, por John Garstang, de 1930 a 1936, produziram resultados significativos, porque o antigo cemitério, onde se inumavam os funcionários públicos egípcios com seus selos oficiais em forma de escarvalho, gravados com hieróglifos que indicavam o nome do faraó a cujo serviço estavam, permitiu conhecer a época em que terminou a história de Jericó. Descobriram-se anéis com selos desta classe que pertenciam aos governos de Hatshepsut e Amenhotep II, finalizando em forma abrupta durante o governo do faraó Amenhotep III, no início de cujo reinado se empreendem a conquista da Palestina sob a direção de Josué.¹³ Escavações posteriores dirigidas desde o ano de 1952 pela famosa arqueóloga inglesa Kathleen M. Kenyon, permitiram descobrir vestígios de paredes que remontam precisamente aos dias de Josué quando se desmoronaram as muralhas dessa cidade cananéia.¹⁴

Embora se justifique que os comentaristas bíblicos que viveram em época anterior aos grandes descobrimentos arqueológicos, opinaram que o êxodo começara na época dos faraós da dinastia de Ramsés, é lamentável que, depois de todas as revelações da egiptologia, desde que Champollion descobriu em 1822 a chave para decifrar os hieróglifos, ainda haja quem prossiga divulgando a hipótese de que Ramsés II foi o faraó do êxodo. Essa hipótese errada foi desqualificada pelas investigações cronológicas. Por outro lado, os achados arqueológicos e decifrações efetuadas tanto no Egito como na Palestina, favorecem, em seus diversos aspectos, o quadro apresentado pela Bíblia, cuja cronologia constitui a chave fundamental para o esclarecimento da data do êxodo, o que permitiu identificar as principais figuras da época em harmonia com os dados fornecidos por Moisés, protagonista principal deste acontecimento que marcou a emancipação do povo de Israel e abriu novos rumos nas páginas da História.

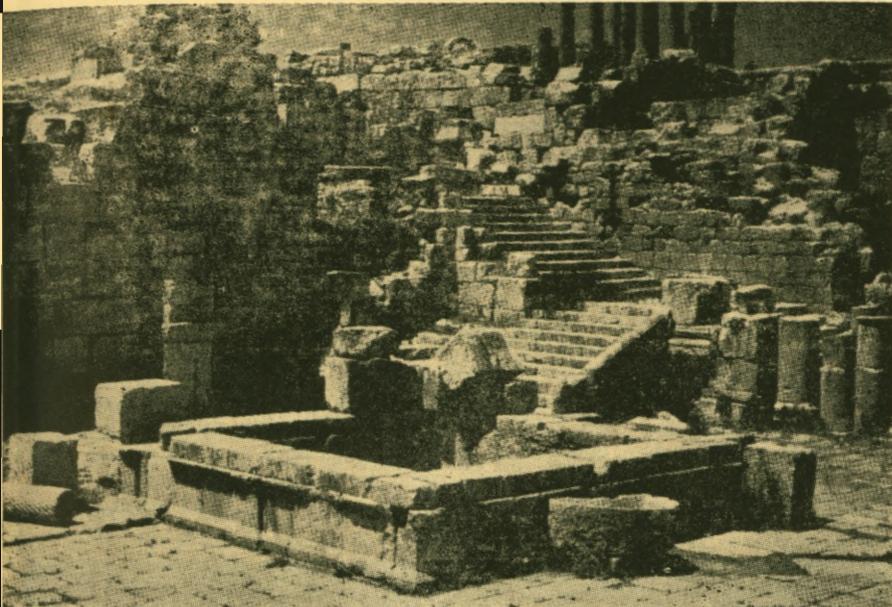
1. Daniel Hammerly Dupuy, *Del Plata al País de los Faraones*, pág. 82.
2. I Reis 6:1.
3. George Steindorff, *When Egypt Ruled the East*, pág. 275.
4. Pierre Montet, *La Stèle de l'An 400 Retrouvée*, Kemi, IV (1953), págs. 192-215.
5. *Museum Journal* (Filadélfia, 1923).
6. G. J. H. Oveden, *Palestine Exploration Fund Quarterly*, (Londres, 1923).
7. Stephen L. Craiger, *Archaeological Fact and Fancy*, Biblical Archaeologist, tomo IX (1946) No 3, pág. 64.
8. Alan Rowe, *The Topography and History of Bethshan* (Filadélfia), 1930, págs. 33-36. Esse monólito de Ramsés II é exibido no Museu da Universidade de Filadélfia, No 29-107-958.
9. P. Lacau, *Stèles du Nouvel Empire* (El Cairo, 1909).



GERASA — Cidade do Tempo de Cristo

WALTER F. SPECHT

Professor de Línguas Bíblicas e Religião no
Colégio La Sierra



*

Batistério de primitiva igreja cristã em Gerasa, Jordânia

*

A PALESTINA, nos dias de Jesus, não era um país estritamente judaico. Era, na realidade, um campo de batalha onde a cultura helenística se chocava com os interesses judaicos e semitas. As influências gregas se haviam infiltrado para mais de três séculos, e nos dias de Jesus havia na Palestina muitas cidades cuja organização e laços culturais eram decididamente helenísticos. Entre estas, o Novo Testamen-

to se refere a Decápolis — uma federação de cidades greco-romanas, cujo número, embora originalmente dez, variava de tempos em tempos. Esta liga, sob a proteção do governador romano da Síria, servia não apenas para ajudar na defesa das cidades e seu comércio contra os ataques dos nabateus e partos como também para incentivar os interesses da cultura helenística contra a oposição dos judeus ortodoxos e outros semitas.

Algumas das cidades de Decápolis foram provavelmente conhecidas e visitadas por Jesus. Dizem-nos os evangelhos que entre as grandes multidões que O seguiam havia habitantes da região de Decápolis (S. Mat. 4:25). O endemoninhado que, logo de manhã, fôra curado na praia oriental do Mar da Galiléia proclamou em Decápolis o “quanto Jesus fizera por êle” (S. Mar. 5:20). Ao voltar Jesus de Seu breve retiro da Sirofenícia, passou “pela região de Decápolis”

fig. 17; Moshe Greenberg, *The Habiru* (New Haven, 1955), págs. 85-91; Roland de Vaux, *Revue Biblique* (Paris 1948), pág. 344; (1956), pág. 267.

10. *Dilem*.
11. Exodo 1:8.
12. Josué 4:19; 5:10; 6:1-27.
13. John Garstang, “Jericho: City and Necropolis”, *Annals of Archaeology and Anthropology* (Liverpool), tomos 19-22 (1932-1936); *The Story of Jericho*, Londres, 1940, pág. 120, figs. 18-20.
14. Kathleen M. Kenyon, “Excavations at Jericho, 1954”, *Palestine Exploration Quarterly* (Londres, maio-outubro 1954), pág. 47.

(S. Mar. 7:3). Seria interessante saber exatamente quais cidades visitou. Incluídas em Decápolis havia Scitópolis, Filadélfia, Hipos, Pela, Gadara, Gerasa e outras.

A mais vívida impressão da cultura e da vida destas cidades greco-romanas dos dias de Jesus é apresentada pelas monumentais ruínas de Gerasa. Os monumentos arquitetônicos desta cidade têm sido tão bem preservados que ela é chamada "a Pompéia da Palestina." É a cidade palestina mais bem preservada, dos tempos greco-romanos.

Gerasa não é mencionada no Novo Testamento. Alguns dos melhores manuscritos gregos localizam a cena de cura do endemoninhado pereo como a "terra dos gerasenos" (S. Mar. 5:1; S. Luc. 8:26; conf. S. Mat. 8:28). Mas desde que Gerasa, presentemente conhecida como Jerash, está a cerca de cinquenta e seis quilômetros a sueste do Mar da Galiléia é de duvidar-se ser este o lugar a que os escritores dos evangelhos se referem. O sítio mais provável seria a atual Kersa na praia oriental do lago.

Embora Gerasa não seja especificamente mencionada nos relatos do Evangelho como ligada à vida de Jesus, a cidade é de grande importância para o estudante da Bíblia porque proporciona a melhor ilustração que temos de uma cidade greco-romana da Palestina. Uma visita a este sítio arqueológico dá vividez, objetividade e impressões realísticas que põem vida na época em que Jesus viveu.

A escavação meticulosa de Gerasa foi um projeto executado entre 1928 e 1934 pela Escola Britânica de Arqueologia em Jerusalém Universidade de Yale e pelas Escolas Americanas de

Pesquisa Oriental. A publicação de estudos preliminares em separata e relatórios de campanhas particulares, igrejas, inscrições, monumentos, objetos especiais, etc., que apareceram de tempos em tempos, culminaram em 1938 com a publicação de alentado e profusamente ilustrado volume *Gerasa, City of Decapolis*. Esta publicação sistemática e compreensiva feita pelas Escolas Americanas de Pesquisa Oriental é um grande monumento de erudição colaborativa americana e britânica sob a hábil organização redatorial do Dr. Carl H. Kraeling.

Por vários anos estive interessado em Gerasa e li cuidadosamente os relatórios arqueológicos das escavações procedidas lá. Na verdade escrevi um jornal sobre esta elegante cidade num seminário universitário sobre Arqueologia Cristã Primitiva. Foi, portanto, emocionante experiência o acompanhar a Excursão do Seminário por Terras Bíblicas para ver este local fascinante em primeira mão.

Visitamos Gerasa

Ao nos aproximarmos da cidade, de automóvel pela estrada norte que vem de Amã, na Jordânia, o primeiro monumento que nos surgiu à vista foi o Arco do Triunfo, construído em honra ao imperador Adriano, que visitou a cidade em 129-130 A. D. Este arco é retrato característico de uma cidade greco-romana. Localiza-se, no entanto, a cerca de 450 metros ao sul do muro da cidade. Talvez fôsse intenção dos construtores incluí-la numa nova muralha à qual o arco serviria como portão, mas a projetada expansão da cidade não se realizou. Esta estru-

*
Arco de Triunfo em Gerasa, Jordânia
*



ra de 21 metros, com suas três arcadas, foi construída nos últimos tempos de Roma.

Logo após termos passado o arco, vimos à esquerda as ruínas do hipódromo, ou estádio construído de pedra calcária suficientemente grande para abrigar 1.500 pessoas sentadas. Destinava-se inicialmente a corridas, competições atléticas, combates de gladiadores, mas Rostovtzeff julga que também servira como mercado de cavalos, camelos e gado em geral.¹

Em nossa frente em direção norte, podíamos ver a principal via pública da cidade, que ia de norte a sul em toda a extensão de Gerasa. Era flanqueada por mais de quinhentas colunas coríntias e jônicas, sendo que setenta e cinco delas ainda estão de pé. A rua era pavimentada com pesados blocos de pedra estendidos diagonalmente, e tinha um meio fio que era atravessado, de intervalos a intervalos, por aberturas semi-circulares e através delas a água era drenada para um grande boeiro em baixo da rua. A intervalos de menos de quinze metros, podem-se ainda ver as tampas de pedra redonda que cobrem os boeiros. Vimos também os sulcos produzidos nas ruas pavimentadas pelas rodas dos carros, carretas e carroças que por ali subiam e desciam há aproximadamente mil anos.

Depois de termos subido pela rua, virámos à esquerda (a oeste) exatamente na parte interna dos muros para ver o templo de Zeus, erigido entre 161 a 166 A. D. para tomar o lugar de um santuário mais antigo sobre uma elevação no local. Bem próximo ao oeste havia ao sul o teatro, com capacidade de mais de três mil pessoas sentadas. Este teatro se acha muito bem conservado. Enquanto examinávamos seus assentos de pedra pudemos ainda ver em muitos lugares o número dos assentos, gravados na rocha.

A seguir visitámos o grande Forum circular, localizado na extremidade sul da rua principal. Em grande parte estava circundado de pórticos ladeados por colunas jônicas, e lindamente pavimentado por pesados blocos. O propósito desta praça, a razão de sua forma peculiar e sua data são problemáticos. Não há dúvida de que era um local de reuniões e festividades e cerimônias públicas. ROSTOVITZEFF julga que o Forum era mercado, local em que os camelos das caravanas eram descarregados, as mercadorias postas em depósitos, e os viajantes punham vestimenta limpa antes de entrar na cidade limpa e elegante.²

Uma vez que nosso tempo em Gerasa era limitado, demos um rápido passeio em toda a extensão da rua principal. As arcadas com abóbada e colunas em cada lado eram outrora enfileiradas de lojas e edifícios públicos. Os lojistas gerasenos eram dessa forma protegidos do sol causticante, como não o fomos naquele dia quente em que nos apressávamos por ali.

Observámos que a rua principal era cruzada em ângulos quase retos por ruas flanqueadas por colunas, tanto do este como do oeste, tendo estas ruas cerca de cinco metros de largura. Nos cruzamentos havia originalmente portões quadruplos — os *tetrapylons* tão típicos nas cidades sírias. A maior parte dos edifícios públicos da cidade estava em sua metade ocidental.

Foi interessante contemplar as ruínas da muralha de duas e uma e meia milhas que circundava a cidade. Tinha cerca de três metros de grossura, fortificada por torres em cada desvio ou volta em seu curso. Seguiu as linhas naturais de defesa, sendo regulares acompanhando o contorno, tendo oito portões.

Gerasa era abençoada com um suprimento abundante e regular de água. Ao norte da cidade havia um belíssimo manancial; e o Chrysorrhoeas, tributário do rio Jaboque, alimentado por abundantes mananciais mais ao norte, corria em direção ao Sul pelo centro da cidade, num valo estreito. A represa, aparentemente inexpugnável, onde emergia o regato no Sul, consistia de uma comporta defendida por duas torres. As águas eram confinadas a um estreito canal e caíam sobre uma rocha escarpada de cerca de dez metros de altura.³ O curso do rio no interior da cidade estava confinado por grossas paredes a fim de prevenir a erosão. Pelo menos duas pontes ligavam as partes oriental e ocidental da cidade.

O cuidado especial que se deu ali ao abastecimento e saneamento da água nesta cidade heleno-romana, faz que se ela afigura na verdade bem moderna. Escavações feitas ao oeste da rua principal revelaram a existência de uma colina em forma de favo de mel com encanamento de água e esgotos.⁴ A este respeito a cidade nos dias de Jesus localizava-se bem mais longe à frente da atual vila de Jerash, a qual é, em grande parte, construída de pedras das antigas ruínas.

A Religião em Gerasa

O ponto alto do plano arquitetônico de Gerasa era o majestoso templo dedicado à sua divindade tutelar — Artemis, ou Diana a rainha e deusa padroeira da cidade. Este templo, situado numa esplanada espaçosa sobre uma colina ao oeste da rua principal, dominava toda a paisagem. Doze das grandes colunas desta imponente estrutura ainda permanecem de pé. Um caminho processional sagrado procedente do oriente conduzia, por meio de vias de acesso aformoseadas, ao templo. Começava perto de trezentos metros do pórtico do templo cortando o rio Chrysorrhoeas. São ainda visíveis as ruínas da ponte que atravessa o rio. Além do rio havia o propileo, com o monumental portão triplo, do qual saía uma grande escada que levava ao templo propriamente

te dito. Artemis era a deusa de fertilidade bem como da caça, e os ritos mais degradantes faziam parte do seu culto.

Ao sul do templo de Artemis erguia-se outro templo dedicado provavelmente a Baco, ou Dionísio. Próximo a êle havia o pátio da fonte, onde, durante a festa a Baco, supunha-se que a fonte jorrasse vinho.⁵ Em tempos posteriores quando Gerasa se tornou cristã, construiu-se uma complexa catedral em volta dêsse pátio, e pretendeu-se que o milagre da água tornar-se vinho repetia-se anualmente.⁶ A transformação do festival pagão dionisiaco do vinho numa reedição em milagre cristão é certamente espantosa.

O espaço não nos permite uma descrição de outras estruturas, como a dos templos menores, a fonte de água denominada *Nymphaeum*, o teatro do norte, e as banheiras magnificentes. Para êstes e outros pormenores o leitor é remetido ao grande volume do Dr. Kraeling mencionado nas "Referências". Talvez muita coisa tem sido apresentada para demonstrar que as cidades greco-romanas eram centros bem-planejados e lujosos da civilização helenística.

O estudante da história primitiva da igreja cristã pode encontrar muito interesse na antiga Gerasa. Pelo menos onze igrejas foram descobertas lá. Algumas delas suplantaram os antigos templos pagãos, absorvendo-os, substituindo-os, e uma igreja foi sobreposta a uma sinagoga judaica. Muitas inscrições dão testemunho da poderosa influência da cristandade ganha na cidade. No pavilhão central do hipódromo, por exemplo, encontrou-se um bloco ornamentado, tendo em cada lado uma cruz de Malta dentro de um círculo. No centro havia uma cruz maior com a seguinte inscrição nos quatro ângulos: "Há um Deus, Cristo vence."⁷

REFERÊNCIAS

1. M. Rostovtzeff, *Caravan Cities*, pág. 75.
2. *Idem*, págs. 74 e 77.
3. Carl H. Kraeling, *Gerasa, City of Decapolis*, págs. 12 e 13.
4. C. C. McCown, *The Ladder of Progress in Palestine*, pág. 317.
5. Kraeling, *op. cit.*, pág. 63; rodapé 10, pág. 37.
6. Ipphanus, *Panarion*, Haer. LI. 30.
7. Kraeling, *op. cit.* pág. 490.

Sobre I S. João 5: 7 e 8

VITOR E. AMPUERO MATTA

Professor de Bíblia do Colégio Adventista del Plata.

(Adaptado por A. B. Cristianini)

NOTA: Analisando o texto em epigrafe, confrontando-o com várias traduções da Bíblia, e louvando-se no testemunho autorizado de comentaristas abalizados, o Prof. Vitor A. Matta debate neste artigo as possibilidades de uma interpolação pouco feliz, possivelmente resultado do erro de algum copista, que incorporou ao texto bíblico um comentário marginal.

A prudência aconselha-nos a não apresentar no púlpito temas como êste, que se prestam a controvérsias, já que poderiam abalar a fé de nossos ouvintes na autenticidade do Sagrado Livro. A publicação dêste artigo se cifra no desejo de apresentar aos leitores elementos capazes de esclarecer um texto cuja autenticidade parece não resistir a análise de uma investigação exegética. — E. O.

A PASSAGEM que consta do título acima tem dado lugar a muitas discussões e debates. Êstes dois versículos assim rezam em nossa versão comum de Almeida: "Porque três são os que testificam no Céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e êstes três são um. E três são os que testificam na Terra: o Espírito, e a água, e o sangue; e êstes três concordam num."

Êstes versículos assim aparecem na maioria das versões bíblicas que circulam em todos os idiomas. Algumas versões, entretanto, esclarecem em rodapé ou em margem, que boa parte dêles não figura nos MSS* de maior autoridade,

* Abreviatura de Manuscritos.

ou nos MSS mais antigos. Dessa forma fica o leitor alertado quanto a uma possível interpolação.

No entanto, a nova versão de Almeida, "Revisita e Atualizada no Brasil", assim traduz o mesmo passo: "Pois há três que dão testemunho: o Espírito, a água e o sangue, e os três são unânimes num só propósito."

Autores católicos, com tendência para a terminologia latina, chamam a êste pretendido acréscimo de "Comma Johanneum". Quer dizer, o "inciso", "a interpolação" relativa a João.

A parte considerada duvidosa é esta: "No Céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e êstes três são um... E três são os que testificam na Terra." Eliminando-se esta parte, ficará o texto exatamente como na nova versão de Almeida. A passagem assim não perde sentido, porém desaparece um argumento trinitário.

É interessante acompanhar a evolução que se manifesta na opinião de alguns autores católicos. Embora, no passado, sustentassem firmemente a autenticidade da parte duvidosa, na atualidade há alguns que nem sequer a consig-

nam no texto e só chamam atenção, em nota à parte, que há um fragmento duvidoso; alguns nem isso fazem.

Citemos estes exemplos, de versões católicas. A versão castelhana de D. Felipe Scio de San Miguel (baseada na Vulgata) diz em nota à margem: "Muitas disputas se feriram em tórno destas palavras do verso 7, que se podem ver nos Pais e nos intérpretes. São alheias ao desígnio que propus, e por isso o leitor que queira aprofundar-se no assunto, poderá servir-se de escritores que tratam da alteração possivelmente feita pelos arianos nos textos latinos, com o fim de suprimirem um testemunho tão claro e expreso, que prova a Trindade das Pessoas Divinas. Não se pode duvidar de sua legitimidade depois da definição do Concílio de Trento." (Edição de Madri, ano de 1846).

O P. Matos Soares verte totalmente os versos em lide, sem comentário algum. Já o P. Antônio Pereira de Figueiredo, consignando o texto, faz em rodapé, extenso comentário em favor de sua autenticidade, invocando o testemunho de Cipriano, Fulgêncio, Eugênio, bispo de Cartago, e outros. Não admite Figueiredo que se trate de interpolação.

Nas versões castelhanas católicas, algumas há que não consignam a "parte duvidosa", como a de Bover-Cantera, em que há uma nota que diz o seguinte: "O acréscimo da Vulgata de Clemente¹ sôbre as três testemunhas celestes, o Pai, o Verbo e o Espírito Santo, não se encontra nos códices gregos, e, entre os latinos, só se lê em alguns códices espanhóis. É provável que sua origem seja africana." (Madri, 1951).

Também a conhecida versão Nácar-Calunga dá a passagem simplesmente sem a interpolação, com uma advertência de que se elimine a porção controvertida. Um rodapé esclarece: "Este versículo, que na Vulgata está: 'Três são os que dão testemunho no Céu: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e os três são um', não consta nos códices antigos, tanto gregos como latinos e outros, sendo desconhecido dos Pais. Parece ter origem espanhola e, aos poucos, foi sendo retirado pela exegese do versículo precedente. Sômente no século XIII adquiriu a forma que tem hoje na Vulgata. Não há dúvida que a supressão do versículo nada representa contra o mistério da bendita Trindade, que de muitas formas se testifica na Escritura."

Na versão Straubinger há também uma nota que diz: "O que vai entre colchetes não está no antigo texto grego, e igualmente é omitido em muitos MSS latinos, tendo sido muito discutida sua autenticidade com o nome de *comma johanneum*." Hoje "quase todos os autores, mesmo católicos, negam que haja sido escrito pelo apóstolo S. João" (P. Hoepfl) e alguns o consideram acrescentado por Prisciliano (ano 380) que nêle fun-

damentara sua heresia unitária." (Edição de Buenos Aires, 1948).

É evidente o salto da opinião dos eruditos católicos. Sua atitude é contrária a esta passagem, considerada também duvidosa por muitos autores protestantes.

A Sacra Congregação da Inquisição declarou oficialmente em 13 de janeiro de 1897 (e esta declaração recebeu aprovação do papa Leão XIII, a 15 de janeiro do mesmo ano) que não se pode negar nem pôr em dúvida que a passagem de I S. João 5:7 e 8 seja autêntica.

Esta atitude categórica perdeu quase tôda sua força em 2 de junho de 1927, quando o Santo Ofício afirmava que este decreto havia sido promulgado unicamente para se opor à audácia dos doutôres leigos que se arrogavam o direito de refutar a autenticidade do *comma johanneum*, ou em última análise ao menos pô-lo em dúvida, porém que, de modo algum, queria impedir aos escritores católicos que investigassem mais amplamente a questão e que, ponderados os argumentos com a moderação e sobriedade que a gravidade do assunto requer, se inclinassem à afirmação contrária à autenticidade e se mostrassem dispostos a se aterem ao juízo da Igreja, à qual foi confiado por Jesus Cristo não só o dom de interpretar as Escrituras Sagradas senão também o de preservá-las fielmente." (Ench. Bibl., 120 s.; Denz. 2198).²

Luís M. de Cádiz, em sua *História de la Literatura Patrística*, edição de Buenos Aires, 1954, adverte que alguns autores católicos, protestantes e racionalistas consideram esta passagem como interpolação. Fundamenta este julgamento no fato de a passagem estar omissa em quase todos os códices gregos, nas versões Peshito, Filosseiana, copta, armênia, etíope e em vários códices da Vulgata (Fuldense, Amiantino, e Harleiano). Ressalta também que essas palavras duvidosas não são citadas pelos pais gregos, sírios e armênios anteriores ao século XII, não obstante lhes poderiam ser muito úteis em seus debates com os arianos, macedonianos e sebelianos. Adverte, sem dúvida, que os pais latinos admitem geralmente a passagem.

Menciona, em particular, a Magno Aurélio Casiodoro, nascido em Scilicium (Calábria) pelo ano 477, e que alcançou perto de 100 anos de idade. Ele dá o testemunho mais valioso, dentro do relativo do tórno, em favor da autenticidade da passagem em lide.

No texto grego de Erasmo⁴ aparecem as palavras controvertidas. Devemos dizer, não obstante, que esse texto, do século XV, não tem nenhum valor crítico.⁵

O erudito *Novum Testamentum Graece* do Dr. Eberhard Nestle (a primeira edição é de 1898 e a 21ª. é de 1952) elimina do Texto Grego a parte controvertida. Coloca-a sômente num ro-

dapé, e afirma que ela provém de um original latino (ex. lat.). Dêste modo, tira-lhe a autoridade.

A versão Hispano-Americana da Bíblia, que segue o Texto Grego do Dr. Eberhard Nestle, consigna, sem que cause estranheza, apenas o seguinte: "Porque três são os que dão testemunho: o Espírito, e a água, e o sangue; e os três concordam." No rodapé há uma nota dêste teor: "Verso 8. Var. acresc.: no Céu, o Pai, o Verbo, e o Espírito Santo; e êstes três são um só. E três são os que dão testemunho na Terra." Portanto, eliminou-se totalmente dessa versão a passagem controversa.

A Tradução Trinitária (em português) consigna a parte controversa em grifo, o que se deve entender que os mais credenciados MSS não a trazem.

O *The Seventh-day Adventist Bible Commentary* assim comenta a passagem: "A evidência textual atesta a omissão da passagem 'no Céu, o Pai, o Verbo e o Espírito Santo: e êstes três são um. E três são os que dão testemunho na Terra.' De sorte que os versículos 7 e 8 ficam desta maneira: 'Porque três são os que dão testemunho, o Espírito, e a água e o sangue: e êstes três concordam em um.' A passagem tal como aparece na KJV (King James Version) não se encontra em nenhum manuscrito grego anterior aos séculos XV e XVI. As palavras controversas entraram na KJV através do Texto Grego de Erasmo. Diz-se que Erasmo se ofereceu para incluir as palavras duvidosas em seu Novo Testamento Grego se lhe mostrassem um manuscrito grego que as contivesse. Uma biblioteca de Dublin proporcionou tal manuscrito (conhecido como 34), e Erasmo incluiu a passagem em seu texto. Crê-se agora que as edições posteriores da Vulgata incluíram a passagem por erro de um copista que inseriu no texto bíblico um comentário exegético marginal. As palavras em questão foram muito empregadas na defesa da doutrina da Trindade, porém em vista de uma evidência tão esmagadora contra sua autenticidade, seu testemunho carece de valor e não devem ser usadas. Embora estas palavras apareçam na Vulgata, a obra 'A Catholic Commentary on Holy Scripture' (Comentário Católico da Escritura Sagrada) admite o fato com estas palavras: 'Agora se sustenta geralmente que esta passagem, chamada *Comma Johanneum*, é uma glosa que se introduziu no texto do Latim Antigo e a Vulgata numa data remota, e que entrou no Texto Grego somente nos séculos XV e XVI.'" — *The SDA Bible Commentary*, Vol. 7, pág. 675.

Procurando no *Index* dos escritos da Sra. White, não se encontra na realidade nenhum lugar em que tenha citado ou empregado esta passagem.

Notemos, contudo, que figura I S. João 5:7 como sendo referido em *Test. for the Church*,

Vol. 6, págs. 91, 98 e 99. Em português, corresponde a *Testemunhos Seletos* (ed. mundial), Vol. 2, págs. 389, 396 e 397. Lendo-se êstes escritos, logo se vê que o versículo não é citado nem sequer mencionado. Falando do batismo assim se expressa: "Simboliza o batismo soleníssima renúncia do mundo. Os que ao iniciar a carreira cristã são batizados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, declaram publicamente que renunciaram o serviço de Satanás, e se tornaram membros da família real, filhos do celeste Rei." — *Testemunhos Seletos*, Vol. 2, pág. 389. "O fato de que fomos batizados, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo é uma garantia de que essas potências nos assistirão em todos os nossos apertos, quando quer que os invoquemos." — *Idem*, pág. 396.

O estudo dêstes tópicos demonstra apenas que a Sra. White apresenta o fato de que o batismo se realiza no Nome Tríplice e com toda a garantia do apoio da Divindade. Esta bendita verdade não necessita ser demonstrada valendo-se de I S. João 5:7, e a autora não emprega esta passagem. É mais que suficiente o testemunho de outras passagens, como S. Mat. 28:19.

Em conclusão, não contamos com o apoio do Espírito de Profecia para sustentar a validade da passagem que acabamos de estudar. Tampouco se manifesta explicitamente contra ela.

Quiçá, é conveniente uma atitude de prudência. Talvez o melhor será não empregar essas palavras publicamente. Por outro lado, não seria judicioso nem útil lançar-se a uma campanha de condenação a quem alguma vez haja empregado essas palavras que a erudição moderna, baseando-se no testemunho dos séculos, põe mais em dúvida. Há pessoas novas na fé que não estão bem inteiradas em questões como esta e que ficariam perplexas se se lhes dessem uma explicação incompleta sôbre estas palavras que estão a seu alcance todos os dias nas Escrituras.

Investiguemos tudo o que pudermos a respeito de alguns fatos como êste. Documentemos nossas conclusões e estejamos prontos a dar a razão do que sabemos, com humildade e fundamento. Contudo, não saíamos à frente em forma agressiva para fazermos notar que estamos bem inteirados e definitivamente decididos em algumas coisas não de todo claras. Às vezes não são indispensáveis para a compreensão das verdades fundamentais do plano da salvação. Empreguemo-las unicamente diante dos que têm direito de exigir de nós um conhecimento firme da Palavra de Deus.

1. Clemente VII (papa de 1523 a 1534) levou a cabo uma revisão da Vulgata de Jerônimo (originalmente do século V). Esta é a chamada "Vulgata Clementina". Como se vê, é muito posterior à tradução primitiva.
2. Dados citados pelo Dr. João S-raubinger na obra citada.
3. Todas estas versões são de respeitável antiguidade.
4. Na edição bilingue inglesa é chamado simplesmente "the received text". Costuma-se chamá-lo de "textus receptus."



Passos Essenciais Para Obter-se Êxito no Ministério — II

Consagração

TAYLOR G. BUNCH



A SEGUNDA qualidade essencial para obter-se êxito no ministério evangélico, como consta da declaração em que se baseia êste artigo, é a consagração. Ela é necessária se quisermos fazer o devido emprêgo do conhecimento adquirido em livros. A informação, ou conhecimento, pode tornar-se perigosa se não estiver sob o controle de um caráter piedoso. Por esta razão é que a edificação do caráter é o elemento mais vital no programa educativo.

A necessidade da consagração a fim de aproveitar-se devidamente a educação livreasca está bem definida na seguinte declaração:

“O tempo demanda maior eficiência e mais profunda consagração. . . . Envia mensageiros possuídos do sentimento de responsabilidade, mensageiros em cujo coração tenha sido crucificada a idolatria do próprio eu, que jaz no fundamento de todo pecado.” — *Testemunhos Sêletos*, Vol. 3, pág. 296.

Tem-se dito que a eficiência é melhor definida pela palavra “efesiência” — a experiência cristã apresentada no livro de Efésios.

A eficiência é o resultado de adestramento, educação e aquisição de conhecimento, e isto não é apenas sugerido porém exigido pela própria época em que vivemos. Contudo, o adestramento crescente exige uma consagração sempre crescente. Realmente, quanto maiores forem o conhecimento e a eficiência, tanto maior a necessidade de consagração, sem a qual as atividades de estudo nos livros falham miseravelmente. Ambos devem combinar-se e equilibrar-se devidamente a fim de cumprirem o propósito de Deus. Os três maiores dirigentes na história

sagrada foram Moisés, Daniel e Paulo, e nêles as qualidades de eficiência e consagração estavam devidamente balanceadas. Possuíam a mais fina educação que se podia obter em suas gerações, mas devido à consagração foram livres de egoísmo, idolatria do próprio eu — a raiz de todo o mal e que anula as maiores atividades intelectuais.

A suprema necessidade desta espécie de obreiros nestes últimos dias, é realçada na seguinte declaração:

“Os que confiaram no intelecto, no gênio ou no talento não permanecerão à testa de nossas fileiras. Não andam passa a passo com a luz. Os que se demonstraram infieis não terão, então, a seu cargo o rebanho. Na última obra solene poucos grandes homens serão empregados. São auto-suficientes, independentes de Deus, e Ele não pode usá-los.” — *Test. for the Church*, Vol. 5, pág. 80.

É evidente que esta predição cumprir-se-á principalmente no decorrer da chuva serôdia, como está claramente demonstrado à pág. 300 de *Testimonies to Ministers*. Somos ali informados de que, a menos que certos dirigentes “sejam levados ao senso de seu dever, não reconhecerão a obra de Deus quando será ouvido o alto clamor do terceiro anjo. Quando a luz brilhar para iluminar a igreja, ao invés de corresponderem para ajudar ao Senhor, desejarão ligar-se à Sua obra para satisfazerem suas idéias estreitas. Permitti-me dizer-vos que o Senhor trabalhará nesta última obra de um modo muito fora da comum ordem de coisas e de um modo que será contrário a qualquer planejar humano. Entre nós haverá aquêles que sempre desejarão controlar a obra de Deus, ditar mesmo que movimentos deverão ser feitos quando a obra prosseguirá sob a direção do anjo que se unirá ao terceiro anjo na mensagem a ser dada ao mundo. Deus empregará meios e maneiras pelos quais será visto que Ele toma as rédeas em Suas próprias mãos. Os obreiros serão surpreendidos pelos meios simples que Ele empregará para levar a cabo e aperfeiçoar Sua obra de justiça.” Naqueles por meio

5. Naqueles dias não se conheciam os grandes códices (Sinaítico e Alexandrino); o Vaticano e alguns outros não estavam ao alcance de Erasmo de Roterdão. Contudo, não queremos subestimar êsse trabalho admirável em si mesmo, como é admirável a erudição de seu autor.

de quem o Senhor “finalizará a obra, e a abreviará em justiça,” a eficiência será o veículo da consagração.

Consagrar é tornar ou declarar sagrado, abençoado ou santo; pôr de parte, dedicar ou dedicar a um uso santo. O Senhor abençoou e santificou o dia de sábado ao instituí-lo na Criação, e dessa forma tornou-o diferente dos demais dias da semana. Do mesmo modo, o crente consagrado é diferente de seus amigos. É separado para um serviço santo. Obedece ao conselho dado em Hebreus 12:14, que diz: “Segui a paz com todos, e a santificação sem a qual ninguém verá ao Senhor.” É esta uma qualidade essencial num ministro — ele precisa ser um “santo homem de Deus.”

Embora a justificação seja a obra de um momento, a santificação ou consagração é um crescimento espiritual e obra gradual de uma existência. Começando com o nascimento espiritual, prosseguimos pelos estágios do desenvolvimento espiritual até atingirmos “a varão perfeito, a medida da estatura completa de Cristo.” O apóstolo de novo descreve este processo assim: “É todos nós com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na Sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito” (II Cor. 3:18 — Almeida Rev. Autorizada).

Temos que nos esforçar para conseguir a santidade, ou consagração, porque sem ela “ninguém verá ao Senhor.” Jesus realçou esta verdade ao dizer: “Bem-aventurados os puros de coração, porque eles verão a Deus.” Outra razão importante para conseguirmos a santidade é dada em I S. Pedro 1:15 e 16: “Segundo é santo Aquêle que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos em todo vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque Eu sou santo.” Paulo em seu conselho a Timóteo disse: “É necessário, portanto, que o bispo [ministro] seja irrepreensível.” (I Tim. 3:2).

Somente uma vida de pureza e devoção à causa de Deus pode trazer êxito ao ministro. Estes atributos inspirarão fé e confiança não apenas no pregador mas na causa que ele propaga. Tennyson pôs as seguintes palavras na boca de Sir Galahad: “Minha força é como a força de dez, porque meu coração é puro.” Um membro do tribunal francês disse ao capelão: “Senhor, seus sermões me apavoram, mas a sua vida me tranquiliza.” A confiança é edificada sobre o caráter, e constitui a maior vantagem do ministro. Os membros que têm confiança implícita em seus guias espirituais andarão a segunda milha, e irão mesmo além do chamado ao dever, em serviço e sacrifício.

No seu livro *Preaching Without Notes*, Clarence Macartney diz:

“A mão direita de todo jovem ministro... está de pé o adversário, pronto a acusá-lo, a manchar-lhe a consagra-

ção, tirá-lo de seu caráter, subtrair-lhe o entusiasmo e apagar a luz da fé... Do mesmo modo toda fuga do dever, toda condescendência com o eu, todo compromisso com o mal, todo pensamento, palavra ou ato indignos estarão lá à frente das escadas do púlpito para se encontrarem com o ministro no domingo de manhã, para retirar-lhe a luz da vista, o poder de seu entusiasmo, o timbre de sua voz e a alegria de seu coração.” — Págs. 177 e 178.

Em outras palavras, a vida que o pregador leva durante a semana o acompanha ao púlpito no sábado de manhã para avigorar ou debilitar a sua mensagem.

O conselho paulino para nos abstermos de “toda a aparência do mal” é especialmente oportuno aos ministros nesta época de suspeita e maledicência, em que, como nos dias de Noé “toda a imaginação de seus [do homem] pensamentos do coração era má continuamente.” Considerando a moral de um pastor, escreve Raimundo Calkins:

“Erre o ministro nestes pontos, ainda que em grau mínimo, e sua carreira estará automaticamente e finalmente terminada. Ele tem que adquirir e manter a reputação de uma vida absolutamente limpa e incorrível. A própria suspeita em relação a isto é fatal. O que é levemente tolerado em outros não é esquecido nem perdoado nele... Ele tem que evitar, em cada pormenor da vida, o mais leve prurido de escândalo... O escândalo ministerial de qualquer espécie é tão raro que se torna notícia em mancete... O povo, como um todo, julga seus ministros, e tem direito a julgá-los, como sendo incapazes de conduta imoral de qualquer forma. Nisto reside a dignidade essencial do ministério. Mãos limpas, lábios justos, e coração puro. Estes são, então características visíveis do homem de Deus.” — *The Romance of the Ministry*, págs. 36-38.

Numa cerimônia de ordenação ao ministério evangélico, o Dr. Guilherme Barton disse aos candidatos:

“Por aquilo que este conselho está para fazer por vós, aumenta-se grandemente vossa capacidade de causar dano. Ontem, como leigos, poderíeis ter cometido algum possível pecado e serdes presos, e não se daria maior atenção ao caso. Mas amanhã algum de vós poderá ter o nome na primeira página de cada jornal nos Estados Unidos. Não muitos de vós têm a capacidade, talvez, de conseguir alta distinção ou trazer grande honra para a igreja, mas o menos distinto de vós, por procedimento, pode levar toda a igreja à vergonha.” — Citado em *Some to Be Pastors*, por Pedro Pleune, pág. 152.

Quão verdadeiro é que “o poder da pregação e do pregador está na profundidade de sua vida espiritual.” Não podemos exaltar-nos a nós mesmos e a Cristo ao mesmo tempo.

Concluiremos com a descrição feita pelo Senhor, de um sacerdote e ministro do evangelho verdadeiro e puro: “Então sabereis que Eu vos enviei este mandamento, para que a Minha aliança continue com Levi, diz o Senhor dos Exércitos. Minha aliança com ele foi de vida e de paz; ambas lhe dei Eu para que temesse; com efeito ele Me temeu e tremeu por causa do Meu nome. A verdadeira instrução estêve na sua boca, e a injustiça não se achou nos seus lábios: andou comigo em paz e em retidão, e da iniquidade apartou a muitos. Porque os lábios do sacerdote devem guardar o conhecimento, e da sua boca devem os homens procurar a instrução, porque ele é mensageiro do Senhor dos Exércitos.” (Mal. 2:4-7).



Como se Pode Empregar Eficazmente a Música Em Obter-se Decisões

B. L. RATH

Pastor das Igrejas de Salem e Swedesboro,
Nova Jersey

O CÂNTICO é um dos meios mais eficazes de imprimir a verdade espiritual no coração e no espírito do homem; portanto, a música, inteligentemente empregada pelo evangelista, auxiliá-lo-á a conseguir decisões para Cristo.

Moisés apresentou a verdade sãbiamente aos israelitas em cântico. Em melodiosos acordes o amor, a misericórdia e a guia de Deus lhes foram retratados, e o coração e o espírito de todos foram impressionados pela Sua bondade e por um sentimento de suas próprias necessidades.

Os que levam ao mundo de hoje a última mensagem de advertência e salvação de Deus, podem do mesmo modo imprimir as grandes verdades da expiação e da segunda vinda de Cristo no coração dos homens, seguindo os mesmos processos que Moisés empregou há mais de três mil anos. Em nossas reuniões evangelísticas podemos transferir o espírito dos ouvintes, desta Terra amaldiçoada pelo pecado para um lugar de paz — nosso lar celestial. Pelo cantar de belos cânticos evangélicos podemos tornar claro aos ouvintes que no meio das trevas que circundam os habitantes deste mundo hoje, brilha a luz bendita — a “bem-aventurada esperança” da vinda de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

O devido emprêgo do cântico proporcionará os seguintes poderes:

1. Poder para imprimir a verdade no coração. Isto pode ser feito se quisermos conseguir decisões para Cristo.

2. Poder de avivar o pensamento. Este avivamento do pensamento capacitará os ouvintes a compreenderem a verdade, que os livrará da confusão.

3. Poder para subjugar a natureza grosseira e indomada. A velha natureza tem que ser dominada antes que o homem possa revestir-se de Jesus Cristo.

4. Poder de promover harmonia de ação. A

menos que levemos homens e mulheres a agirem, nossos apelos terão falhado.

5. Poder de abrir as molas do arrependimento e da fé. A menos que estas molas sejam destravadas, homem algum poderá achar justificação e paz com Deus.

6. Poder de banir as sombras e os presságios. Em vista das sombras que envolvem o mundo hoje, quanto se necessita deste poder!

7. Poder de dar à vida novo significado e propósito. Este é o próprio objetivo do evangelho de Jesus Cristo.

8. Poder de comunicar ânimo e alegria. Este ânimo se necessita hoje num mundo de temor e angústia. O homem precisa de ânimo para decidir-se por Cristo e andar em Seu caminho.

9. Poder de atrair almas ao evangelho. Nestes tempos em que tão difícil é atrair ouvintes, não podemos menosprezar o poder atrativo do talento musical que Deus tem dado.

10. Poder de resistir a tentação. Como a música destrava as molas do arrependimento e da fé, ajuda os homens a apoderarem-se da graça de Deus.

11. Poder para resistir ao desânimo. Quanto necessitam deste poder tanto os ouvintes como os evangelistas igualmente!

12. Poder para banir os anjos maus. Isto habilita ao Espírito Santo, com os santos anjos, a agirem sem resistência no coração e no espírito dos ouvintes.

13. Poder de manter a experiência cristã. A apostasia pode assim ser detida, e nossos conversos fortalecidos. (Ver *Evangelismo*, págs. 496-499.)

O serviço de cântico é muito importante no evangelismo, porém não deve constituir-se numa demonstração teatral ou concêrto. A ênfase não deve ser posta nos cânticos ou nos cantores, mas em Jesus Cristo. “A ciência da salvação deve ser o âmago de todo sermão, o tema de todo

canto.” — *Evangelismo*, pág. 502. Os hinos que se cantem devem ser familiares aos que cantam, e devem ser cantados com espírito e entendimento. Um grupo dos melhores cantores pode ser organizado em câoro. Suas vozes podem levar a congregação e a todos os que puderem a unirem-se com êles. Em nossas reuniões evangelísticas a ênfase deve ser posta no cântico congregacional. “Nem sempre o canto deve ser feito por apenas alguns. Permita-se o quanto possível que tôda a congregação dêle participe.” — *Obreiros Evangélicos*, pág. 358. O interesse no serviço do canto pode também ser intensificado pelo devido emprêgo de instrumentos musicais hàbilmente executados.

O cântico pode também ser empregado durante o tempo do sermão, e não anunciado para incutir no âmago do coração e no espírito algum ponto importante da prêdica. Enquanto prega sôbre um assunto como “As Maravilhas da Bíblia” o evangelista pode fazer uma pausa no sermão, por uns poucos minutos, enquanto o evangelista-cantor ou solista, com uma Bíblia aberta na mão canta o hino tocante “Dá-me a Bíblia”. Um cântico assim partido do coração tocará o coração e a mente dos ouvintes.

Ao escolher música especial, devemos nos esforçar por conseguir canto da melhor qualidade possível, porém não devemos contratar musicistas mundanos para os serviços da igreja, devendo ser evitada música trivial. A seguinte citação deverá guiar-nos na seleção dos cantores: “Os cânticos em que cada palavra é pronunciada claramente, em tom harmonioso, eis os que

êles [os anjos] se unem a nós em cantar. Êles tomam o estribilho entoado de coração, com o espírito e o entendimento.” — *Evangelismo*, págs. 510 e 511.

Contudo, talvez o emprêgo mais importante do canto ocorre durante o tempo do apêlo do evangelista. Enquanto êle faz o apêlo, deve-se entoar música sem anunciar. Um solista, um dueto, trio ou quarteto, ou mesmo um câoro, pode ser empregado no cântico durante o apêlo. Alguns evangelistas fazem apelos sômente durante os intervalos entre as estâncias do hino que se canta. O cantor que coopera nesta espécie de apêlo tem que observar atentamente o evangelista a fim de perceber a “deixa” para saber quando deve cantar e quando deve permanecer em silêncio. Outros ganhadores de almas preferem que o canto prossiga em surdina, brandamente enquanto fazem o apêlo especial, e enquanto todos no auditório estão orando. Em tal atmosfera de oração, o Espírito Santo pode utilizar a música para destravar as molas do arrependimento e da fé, e imprimir a verdade nos corações.

Possa Deus nos ajudar a, como evangelistas, empregar a música para levar alegria do Céu aos homens como fêz Jesus. “O alvorecer encontrava-O muitas vêzes em algum lugar retirado, meditando, examinando as Escrituras, ou em oração. Com cânticos saudava a luz matinal. Com hinos de gratidão alegrava Suas horas de labor, e levava a alegria celeste ao cansado e ao abatido.” — *A Ciência do Bom Viver*, pág. 42.

Eu Estava Muito Ocupado

(Continuação da pág. 4)

“Não, eu só estive ‘brincando’ enquanto o fogo do diabo consumia as vidas e almas dos homens por cuja salvação Jesus morreu.” (*Religious Digest*, setembro de 1951.)

Satanás, se possível derrotaria o movimento adventista, enchendo por tal forma as mãos de nossos ministros com as ordinárias atividades da igreja, que não lhes restaria tempo para levar a mensagem de esperança aos que se acham em trevas.

Não deve haver desvio do objetivo que nos é divinamente apontado. Inspiremo-nos no exemplo de Jesus que, em Seu agitado ministério, sempre encontrou tempo para aproximar-Se dos aflitos, enfermos e abatidos. “Nosso Salvador ia de casa em casa, curando os enfermos, confortando os tristes, consolando os aflitos, e dirigindo pa-

lavras de paz aos abatidos. Ele tomava as crianças nos braços, e as abençoava e dirigia palavras de esperança e conforto às mães cansadas. Com infatigável ternura e suavidade Se aproximava de tôdas as formas de infortúnio e aflição humanos. Não em Seu próprio proveito, mas no dos outros, Êle trabalhava. Era o servo de todos. Sua comida e bebida era levar esperança e forças a todos com que chegava em contato.” — *Obreiros Evangélicos*, pág. 184.

Se em nosso assoberbante programa pastoral, consagrarmos mais tempo a um fervoroso evangelismo pessoal, como Paulo poderemos dizer: “Nada que útil seja, deixei de vos anunciar, e ensinar públicamente e pelas casas . . . a conversão a Deus, e a fé em nosso Senhor Jesus Cristo.” Atos 20:20 e 21.

Os Adventistas do Sétimo Dia Respondem a PERGUNTAS SÔBRE DOCTRINA

Divindade¹ e Eterna Preexistência de Cristo - III

PERGUNTA 4

Os adventistas do sétimo dia são freqüentemente acusados de negarem a divindade real e eterna preexistência de Cristo, o Verbo Eterno. É exata esta asserção? Credes na Trindade? Dai, por favor, os fundamentos bíblicos de vossas crenças.

I. Crenças na Divindade de Cristo e na Trindade

Nossa crença na deidade e eterna preexistência de Cristo, a segunda pessoa da Divindade consta de nossas "Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia", que são anualmente reproduzidas em nosso *Anuário oficial (Year-book)*, e também em nosso autorizado *Manual da Igreja*, págs. 29-35. Além disso, os que se batizam na igreja adventista subscrevem um sumário de crenças doutrinárias impresso no Certificado de Batismo, cujo artigo segundo declara:

"Jesus Cristo, a segunda pessoa da Divindade, e eterno Filho de Deus, é o único Salvador, do pecado; e a salvação do homem é pela graça por meio da fé n'Ele."

O candidato assina esta declaração, como uma afirmação do que crê, antes do batismo. E no Apêndice A, págs. 641-645, alinha-se uma compilação de declarações sôbre a divindade e eterna preexistência de Cristo e Sua posição na Divindade, feita por um de nossos escritores mais representativos, Ellen G. White.

No que toca ao lugar de Cristo na Divindade, cremos que Ele é segunda pessoa na Trindade celestial — composta do Pai, Filho e Espírito Santo — unidos não sômente na Divindade mas nas providências da redenção. Uma série de breves declarações sôbre a Trindade consta também do Apêndice A, "O Lugar de Cristo na Divindade", claramente apresentando (1) que Cristo é um com o Eterno Pai — um em natureza, igual em poder e autoridade, Deus no mais alto sentido, eterno e existente por Si mesmo, com vida original, não-emprestada, não-derivada; e (2) que Cristo existiu desde tóda a eternidade, distinto do Pai mas unido a Ele, possuindo a mesma glória e todos os atributos divinos.

Os adventistas do sétimo dia baseiam sua crença na Trindade, nas declarações da Sagrada Escritura mais do que num credo histórico. O

segundo artigo das Crenças Fundamentais, é explícito:

"Que a Divindade, ou Trindade Divina, consiste do Eterno Pai, Ser pessoal, espiritual, onipotente, onipresente, onisciente, infinito em sabedoria e amor; do Senhor Jesus Cristo, Filho do Eterno Pai, por quem tódas as coisas foram criadas e por quem se realizará a salvação dos remidos; do Espírito Santo, terceira pessoa da Divindade, o grande poder regenerador na obra da redenção. S. Mateus 28:19."

Outra declaração autorizada consta do sumário de crenças doutrinárias, no *Certificado de Batismo*:

"1. O Deus vivo e verdadeiro, a primeira pessoa da Divindade é nosso Pai celestial, e Ele, por meio de Seu Filho Cristo Jesus criou tódas as coisas (S. Mat. 28:18 e 19; I Cor. 8:5 e 6; Efés. 3:9; Jer. 10:10-12; Heb. 1:1-3; Atos 17:22-29; Col. 1:16-18).

"2. Jesus Cristo, a segunda pessoa da Divindade, e o eterno Filho de Deus, é o único Salvador, do pecado; e a salvação do homem é pela graça por meio da fé n'Ele. (S. Mat. 28:18 e 19; S. João 3:16; Miq. 5:2; S. Mat. 1:21; 2:5 e 6; Atos 4:12; I S. João 5:11 e 12; Efés. 1:9-15; 2:4-8; Rom. 3:23-26.)

"3. O Espírito Santo, a terceira pessoa da Trindade, é o representante de Cristo na Terra, e conduz os pecadores ao arrependimento e à obediência a tódas as reivindicações divinas. (S. Mat. 28:18 e 19; S. João 14:26; 15:26; Rom. 8:1-10; Efés. 4:30.)"

II. Bases Bíblicas Para a Crença na Divindade de Cristo

A divindade de nosso Senhor Jesus Cristo se firma, pelo menos, em sete linhas distintas de evidência, as quais, tomadas em conjunto, estabelecem completamente Sua divindade. Ei-as:

1. RECONHECIMENTO DO TÍTULO "FILHO DE DEUS" PELO PRÓPRIO CRISTO. — Enquanto aqui estêve entre os homens, o próprio Cristo reconheceu ser o Filho de Deus. (S. Mat. 27:41-43; S. João 5:23; 9:35-37; 10:36; 17:1). Confirmou o testemunho de outros, de que era o Filho de Deus (S. Mat. 16:15-17; S. João 1:32-34, 48 e 49; 11:27). E inúmeras outras declarações atestam o fato que Ele era o que Se declarava ser: o Filho de Deus (S. Mat. 3:16 e 17; S. João 19:7; 20:30 e 31; Atos 9:20; Rom. 1:1-4; II Cor. 1:19; Heb. 4:14; II S. Ped. 1:16 e 17).

Cristo empregou o título "Filho de Deus" sem a menor reserva, e com a maior liberdade e franqueza. É êste o único título que abrange, de

maneira mais explícita, Sua original relação com o Pai.

2. APLICAÇÃO A JESUS CRISTO DE UMA PORÇÃO DE NOMES E TÍTULOS QUE SE RESTRINGEM À DIVINDADE. — No Velho Testamento cerca de 70 nomes e títulos são atribuídos a Jesus Cristo, e no Novo Testamento mais 170. Os que são exclusivamente restritos à Divindade incluem “Deus” (S. João 1:1); “Deus conosco” (S. Mat. 1:23); “o grande Deus” (Tito 2:13); “Deus bendito eternamente” (Rom. 9:5); “Filho de Deus” (40 vezes); “Filho unigênito” cinco vezes; “o primeiro e o último” (Apoc. 1:17); “Alfa e Ômega” (Apoc. 22:13); “o princípio e o fim” (Apoc. 22:13); “o Santo” (Atos 3:14); “Senhor” (empregado constantemente); “Senhor de todos” (Atos 10:36); “Senhor da glória” (I Cor. 2:8); “Rei da glória” (Sal. 24:8-10); “Maravilhoso” (Isa. 9:6); “Pai da eternidade” (Isa. 9:6); “Palavra de Deus” (Apoc. 19:13); “Verbo” (S. João 1:1); “Emanuel” (S. Mat. 1:23); “Mediador” (I Tim. 2:5); e “Rei dos reis e Senhor dos senhores” (Apoc. 19:16).

3. IMPUTAÇÃO A CRISTO DE ATRIBUTOS QUE PERTENCEM EXCLUSIVAMENTE À DIVINDADE. — Estes incluem onipotência (S. Mat. 28:18), onisciência (S. Mat. 9:4), onipresença (S. Mat. 18:20), imutabilidade (Heb. 13:8) — aparecendo também numa porção de outros textos.

4. IMPUTAÇÃO A CRISTO DE FUNÇÕES E PRERROGATIVAS POSSUÍDAS E EXERCIDAS ÚNICAMENTE PELA DIVINDADE. — Estas compreendem a criação do universo (S. João 1:13); preservação do universo (Heb. 1:3); direito e poder de perdoar pecados (S. Mar. 2:5-12); direito e poder de julgar todos os homens (Atos 17:31); autoridade e poder de ressuscitar mortos (S. João 5:28 e 29); de transformar nossos corpos (Fil. 3:21); de conferir a imortalidade (I Cor. 15:52 e 53).

5. A APLICAÇÃO DO “EU SOU” DO VELHO TESTAMENTO A JESUS CRISTO NO NOVO TESTAMENTO. — Quando Jesus disse aos judeus: “Antes que Abraão existisse, Eu sou,” (S. João 8:58), Ele estava reclamando divindade, e Seus ouvintes reconheceram as implicações de Suas palavras, pois apanharam “pedras para atirar nEle” — castigo judaico para grandes blasfêmias. Certamente Ele empregara as palavras de Deus no Velho Testamento: “EU SOU O QUE SOU” (Êxo. 3:14), há muito reconhecidas como símbolo da divindade, aplicando-Se a Si mesmo o atributo de existência própria.

6. IDENTIFICAÇÃO DO JEOVÁ DO VELHO TESTAMENTO COM JESUS NO NOVO TESTAMENTO. — Há uma porção de textos do Velho Testamento que contêm o nome de Jeová, e que foram aplicados a Jesus Cristo pelos escritores do Novo Testamento.

A palavra “Senhor” (*Yahweh* no Salmo 102:

22), e os versículos correlatos 25-28, são aplicados a Jesus em Heb. 1:10-12. O mesmo nome divino (*Yahweh*) aparece em Habacuque 2:2 e 3, e é aplicado a Cristo em Heb. 10:37.

Três outras vezes em que tanto *Yahweh* como *Elohim* se aplicam a nosso Senhor, podem se ver nas seguintes passagens: Em Jeremias 31:31 *Yahweh* é empregado, e é referido como a obra de Cristo em Hebreus, capítulos 8 e 10. A referência a *Yahweh* em Ageu 2:6 é também messiânica, e aplica-se à obra de Jesus em Heb. 12:26. O nome divino *Elohim* em Sal. 45:6 e 7 aplica-se ao Filho de Deus em Heb. 1:8 e 9.

7. O NOME DO FILHO PÔSTO EM PLENA IGUALDADE * COM O PAI NO NOVO TESTAMENTO. — Isto aparece na bênção apostólica (II Cor. 13:14); na fórmula batismal (S. Mat. 28:19); e em outros textos em que Seus nomes se acham unidos.

8. JESUS CRISTO PROCLAMADO SEM PECADO ATRAVÉS DE TÔDA A SUA VIDA ENTRE OS HOMENS. — Isto estava claramente predito no Velho Testamento (Sal. 45:7; Isa. 53:9; Jer. 23:5; Zac. 9:9). E acha-se expressamente declarado no Novo Testamento — como “o Santo de Deus” (S. Mar. 1:24), “o Santo” (S. Luc. 1:35), “santo filho Jesus” (Atos 4:27), “nenhum mal fez” (S. Luc. 23:41), “não há nEle injustiça” (S. João 7:18), “o Santo e o Justo” (Atos 3:14), “não conheceu pecado” (II Cor. 5:21), “imaculado” (I S. Ped. 1:19), “incontaminado” (I S. Ped. 1:19), “não cometeu pecado” (I S. Ped. 2:22), “separado dos pecadores” (Heb. 7:26).

9. CULTO DIVINO E ORAÇÕES A JESUS, OS QUAIS SÃO DEVIDOS ÚNICAMENTE A DEUS. — Há uma porção de passagens em que Jesus Cristo, como Deus e Criador, sem hesitação aceitou culto que os próprios anjos e homens piedosos, como criaturas, Lhe prestaram com temor e reverência (Apoc. 19:10; Atos 10:25 e 26). A prerrogativa de divindade foi sustentada e afirmada através de toda a vida de Jesus no Novo Testamento, uma porção de vezes (S. Mat. 14:33; 28:9 e 17).

10. O CONHECIMENTO DE CRISTO QUANTO À SUA PESSOA DIVINA E SUA MISSÃO. — Aos onze anos de idade Ele reconhecia a Deus como Seu Pai (S. Luc. 2:41-52); aos trinta, este conhecimento de Sua missão divina foi revelado no batismo (S. Mat. 3:13-17); aparece no registro da tentação (S. Mat. 4:1-11); no

* A igualdade de Cristo com Deus o Pai é demonstrada de muitas maneiras no Novo Testamento.

1. A honra do Filho é a honra do Pai (S. João 5:23).
2. Ver a Cristo é ver a Deus (S. João 14:7-9).
3. Conhecer a Cristo é conhecer ao Pai (S. João 14:7).
4. Crer em Jesus é crer em Deus (S. João 12:44).
5. Cristo faz as mesmas coisas que o Pai (S. João 5:19).
6. Cristo ressuscita os mortos como o faz o Pai (S. João 5:21).
7. Cristo tem vida em Si mesmo como o Pai (S. João 5:26).

chamado dos doze e dos setenta; nas reivindicações do sermão do monte (S. Mat. 5 a 7).

11. A CONVERGÊNCIA DAS MÚLTIPLAS ESPECIFICAÇÕES PROFÉTICAS DO VELHO TESTAMENTO COMO CUMPRIDAS EM JESUS CRISTO, CONSTITUI A PROVA CULMINANTE. — Um número avultado de predições separadas, específicas e pormenorizadas apontam com precisão para Ele como Único que deveria vir de Deus (como em Isa. 7:14; 9:6).

A DIVINDADE DE CRISTO E OS MEMBROS DA IGREJA

PERGUNTA 5

Se um Unitariano ou Ariano (que rejeitam a trindade da Divindade, e negam a divindade de Cristo) buscasse ser admitido em vossa igreja, o ministro adventista do sétimo dia o batizaria e o admitiria na coletividade de membros?

É possível a uma pessoa permanecer como membro fiel se recusa sistematicamente submeter-se à autoridade da igreja no que toca à doutrina histórica da divindade de Jesus Cristo?

Embora a primeira pergunta toque aparentemente num problema de elevada importância, é todavia hipotética — pela simples razão de que um Unitariano ou Ariano confesso não procura ser membro de uma igreja confessadamente Trinitariana, quando sustenta ainda suas velhas idéias quanto à Divindade. Uma enquête entre muitos ministros de muita experiência ligados à direção de nossa obra denominacional revelará que nenhum pastor dêste grande grupo religioso jamais recebeu uma tal solicitação.

Os ministros adventistas são solicitados a instruírem rigorosamente todos os candidatos a membro da igreja que se preparam para o batismo. Este período de instrução prossegue geralmente por alguns meses. Se o candidato persiste em manter opiniões errôneas concernentes a nosso Senhor e Salvador, Aquêle que unicamente pode salvar o pecador, então somente um caminho pode ser tomado: o pretendente terá que ouvir com franqueza que está totalmente despreparado para o batismo, e não poderá ser recebido como membro de nossa irmandade. Será aconselhado a estudar mais até que compreenda e aceite plenamente a divindade de Jesus Cristo e Seu poder redentor. Não podemos permitir que se torne membro quem nega o que cremos, e creia o que negamos, porque jamais poderemos coexistir em harmonia. Contendas e desintegração serão o resultado.

Além disso, a Igreja Adventista do Sétimo Dia adota um *Certificado de Batismo* uniforme, de 4 páginas que é dado ao candidato por ocasião do seu batismo. Nas páginas 3 e 4 aparece um "Sumário das Crenças Doutrinárias dos Adventistas do Sétimo Dia." Seguindo ao artigo 1, que trata da Trindade, o segundo artigo declara:

"2. Jesus Cristo, a segunda pessoa da Divindade, e o eterno Filho de Deus, é o único Salvador, do pecado; e a salvação do homem é pela graça por meio da fé nEle. (S. Mat. 28:18 e 19; S. João 3:16; Miq. 5:2; S. Mat. 1:21; 2:5 e 6; Atos 4:12; 1 S. João 5:11 e 12; Efés. 1:9-15; 2:4-8; Rom. 3:23-26.)

A seguir, na página 4, se encontra o "Voto Batismal" do candidato, com treze precisas declarações a serem feitas afirmativamente antes de ministrado o batismo, sendo após assinado e datado o certificado. A primeira destas declarações refere-se à nossa crença em Deus o Pai, Deus o Filho e ao Espírito Santo. A seguinte, na lista de perguntas a serem respondidas, diz assim:

"2. Aceitai a morte de Jesus Cristo no Calvário como sacrifício pelos pecados dos homens, e crede que pela fé em Seu sangue derramado os homens são salvos do pecado e sua penalidade?"

Este é o procedimento preparatório para o batismo na fé adventista. Que este Certificado de Batismo é autorizado, e de uso constante na igreja, é manifesto pela sua inclusão em nosso oficial *Manual da Igreja*. Quer nos parecer, portanto, que há muito menos probabilidades de alguém que mantenha posição ariana ou unitariana entrar na Igreja Adventista do que em outra comunhão protestante.

A segunda pergunta, como a primeira, é em grande parte hipotética. Nossa posição pode ser vista nas instruções oficiais para a Igreja Adventista do Sétimo Dia, o *Manual da Igreja*, que abrange os deveres, responsabilidades e procedimento nas relações eclesiásticas. Este livro foi aprovado e editado pela Associação Geral em sessão regular. Com relação à autoridade e responsabilidade da igreja nestes assuntos, lemos às páginas 218 e 219:

"O Redentor do mundo investiu Sua igreja de muito poder. Ele expõe as regras que devem ser aplicadas em casos de julgamento de seus membros. . . Deus mantém Seu povo, como um corpo, responsável pelos pecados que existam em seus membros. Se os dirigentes da igreja descuidam a obra de buscar diligentemente até descobrir os pecados que atraem o desagrado divino sobre o corpo, vêm a ser responsáveis por esses pecados. . . Caso haja erros claros entre Seu povo, e os servos de Deus passam adiante, indiferentes a isso, estão por assim dizer apoiando e justificando o pecador, e são igualmente culpados, incorrendo tão certo como êle no desagrado de Deus; pois serão tidos como responsáveis pelos pecados do culpado."

À página 224, sob o título "Razões Para a Disciplina dos Membros", encontram-se capitulados sete motivos definidos, que podem ser base para a exclusão de membro. Diz o primeiro:

"1. Negação da fé nos fundamentos do Evangelho e nas doutrinas básicas da igreja, ou o ensino de doutrinas a elas contrárias."

Êstes "fundamentos do Evangelho", ou "crenças fundamentais," vinte e um ao todo, se encontram às páginas 29-36 do *Manual da Igreja*. O segundo e terceiro dêstes fundamentos tratam da doutrina de Deus, realçando nossa crença na Trindade, na onipotência, onisciência e eterna existência do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Citamos:

"2. Que a Divindade, ou Trindade Divina, consiste do Eterno Pai, Ser pessoal, espiritual, onipotente, onipresente, onisciente, infinito em sabedoria e amor; do Senhor Jesus Cristo, Filho do Eterno Pai, por quem tôdas as coisas foram criadas e por quem se realizará a salvação dos remidos; do Espírito Santo, terceira pessoa da Divindade, o grande poder regenerador na obra da redenção. (S. Mat. 28:19.)

"3. Que Jesus Cristo é verdadeiro Deus, sendo da mesma natureza e essência que o Eterno Pai. Conservando Sua natureza divina, tomou sôbre Si a natureza da família humana, vivendo na Terra como homem; exemplificou em Sua vida, como nosso modelo, os princípios da justiça; testificou Sua filiação divina por muitos poderosos milagres; morreu na cruz por nossos pecados; foi resuscitado dos mortos; e ascendeu para junto do Pai, onde vive para sempre para fazer intercessão por nós. (S. João 1:1 e 14; Heb. 2:9-18; 8:1 e 2; 4:14-16 e 7:25.)

A quarta destas "crenças fundamentais" realça a natureza de nossa salvação:

"4. Que tôda pessoa, para obter salvação, tem de experimentar o novo nascimento; que isso compreende a inteira transformação da vida e do caráter pelo poder recriador de Deus mediante a fé no Senhor Jesus Cristo. (S. João 3:16; S. Mat. 18:3; Atos 2:37-39.)

A salvação, portanto, vem unicamente pela "fé no Senhor Jesus Cristo." Quem se recusa a reconhecer a divindade de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo não pode, por conseguinte, compreender nem experimentar êsse poder recriador em sua plenitude. Não apenas está desqualificado para ser membro devido a própria descrença, mas na realidade está fora do corpo místico de Cristo: a igreja. E nada mais resta à igreja fazer senão reconhecer esta separação devida à descrença, e agir em harmonia com as instruções constantes do *Manual da Igreja*. O motivo nº. 5 apresentado para exclusão de membro, diz:

"Persistente negativa quanto a reconhecer as autoridades da igreja devidamente constituídas, ou por não querer submeter-se à ordem e à disciplina da igreja."

Embora se reconheça a autoridade da igreja em agir num caso dêste, a exclusão de membro jamais se deve processar com acodamento, mas somente depois de muito conselho, oração e esforço no sentido de recuperar o faltoso. Em geral, na realidade, a pessoa que perde a fé nos fundamentos do Evangelho se encontra de tal maneira em desarmonia com seus irmãos que se afasta voluntariamente, ou sua conduta é tal que a igreja precisa tomar medidas.

A doutrina histórica da divindade de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo é crença cardial da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A Base Histórica de Um Mal-Entendido

Os adventistas do sétimo dia têm sido frequentemente mal-entendidos quanto à sua crença relativa à divindade de Cristo e à natureza da Divindade. As razões dêsse mal-entendido residem, em certo modo, em matéria de definição e fundo histórico.

No movimento inter-denominacional milerita ao qual pertenceram os adventistas do sétimo dia, havia alguns dirigentes que eram membros

da denominação conhecida como "cristãos." Êste grupo proclamava não possuir credo algum, mas valer-se exclusivamente da Bíblia, reeditando a revolta arminiana do princípio do século dezoenove contra o calvinismo eclesiástico-político dominante na Nova Inglaterra, e no qual o assentimento à Confissão de Westminster era fator *sine que non*. No seu zelo de rejeitar tudo que não estivesse na Bíblia, os "cristãos" foram traídos pela excessiva literalidade na interpretação da Divindade em termos de relações humanas sugeridas pelas palavras "Filho," "Pai" e "unigênito," ou seja, para uma tendência de desacreditar a palavra não-bíblica "Trindade" e sustentar que o Filho devia ter tido um princípio no passado remoto. (Contudo, êste povo, a despeito de ser chamado Ariano, achavam-se no pólo oposto aos arianos liberais e humanísticos que se tornaram Unitarianos, e cujas opiniões sôbre Cristo O representavam como mero homem.)

Alguns dêstes "cristãos", confiados na Bíblia como seu guia e fazedora de caráter cristão, mais do que na crença que unicamente revela o membro da igreja, inclinaram-se a ouvir com simpatia a pregação revivalista de Guilherme Miller e acolheram bem os mileritas quando outras igrejas lhes fechavam as portas. Contudo, no movimento milerita a especulação sôbre a natureza da Divindade não desempenhou parte importante.

Os primeiros adventistas do sétimo dia haviam sido mileritas, provindos de várias denominações, e entre êles havia dois pregadores "cristãos" e possivelmente também alguns membros leigos. A proporção dêles em nossa primitiva coletividade religiosa é desconhecida, e seus parcos descendentes não influíram no pensamento de nossos membros, nem a compreensão que tinham da Divindade se tornou parte de nossa mensagem essencial para o mundo. Hoje provavelmente uma ínfima parte de nossos membros talvez tenha apenas ouvido de alguma controvérsia quanto a Cristo ter tido um princípio nas épocas imensuráveis do passado. É mesmo os pouquíssimos denominados "arianos" que estiveram entre nós — embora errados em sua teologia especulativa em torno da natureza das relações da Divindade — foram como seus mais ortodoxos irmãos livres de qualquer pensamento de diminuir a glória e soberania de Jesus como Criador, Redentor, Salvador e Advogado.

Nosso povo sempre creu na divindade e preexistência de Cristo, a maioria dêles certamente ignorando qualquer discrepância quanto às exatas relações da Divindade. Tampouco nossa pregação pública discutiu a Cristologia, porém pôs ênfase na mensagem distintiva da volta do Senhor. Temos, contudo, declarações de Ellen G. White, de pelo menos 1870 e 1880, sôbre a divindade de Cristo, e Sua unidade e igualdade

(Continua na página 6)